

contraponto

ANO 19 Nº 121 Julho/Agosto 2019



Os desafios da saúde pública no Brasil

Que balbúrdia é essa?

Este ano de 2019 será lembrado como tsunami da educação. Em todo o país, estudantes foram às ruas para protestar contra os cortes anunciados pelo governo, mas também para reivindicar voz ativa na tomada de decisão em assuntos que nos afetam de forma direta. Entre os manifestantes, estudantes da PUC-SP também ergueram as mãos e a voz para avisar: Balbúrdia, aqui não!

Nos últimos meses os alunos da Pontifícia, especificamente do Curso de Jornalismo, foram surpreendidos por uma notícia, que, pelo teor, poderia ser confundida com possíveis decretos de Abraham Weintraub, o ministro da Educação; o possível fechamento do Departamento de Jornalismo.

O esvaziamento desses espaços departamentais onde docentes, de forma conjunta, dialogam sobre a política educacional dos cursos, as relações de contrato de trabalho dos professores, além do mais importante, a autonomia dos seus cursos vai na contramão com a imagem construída pela Universidade, onde a democracia é exercida de forma diária e cotidiana mesmo durante períodos políticos de repressão.

A justificativa para a diminuição dos departamentos é ainda mais grave porque mostra que a FAFICLA – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes é incapaz de pensar em formas inovadoras para lidar com o declínio de alunos interessados nos cursos de humanas – com exceção do curso de jornalismo.

A decisão tomada pelo Conselho da FAFICLA – que integra todos os coordenadores e chefes de departamentos da Faculdade – é um posicionamento obscurantista, tomado às pressas, sem levar em consideração a votação feita anteriormente pelos professores de jornalismo, que se mostraram contrários a diluição do departamento e desrespeita o direito dos alunos de opinarem nas questões relacionadas ao curso.

Os alunos de jornalismo representam metade dos estudantes da FAFICLA, com mais de 500 matriculados e com vestibulares em três períodos. Na grade curricular existe uma rica interdisciplinaridade, são 55 professores de diferentes cursos da Faficla, sendo 23 deles do Departamento de Jornalismo.

O Departamento de Jornalismo sempre conseguiu se articular, realizar mudanças benéficas para alunos e professores do curso. Extinguir o nosso departamento para criar um departamento de comunicação é uma forma de acabar com a força conjunta dos professores e consequentemente dos alunos.

Os alunos vão lutar pelo Departamento de Jornalismo, que não garante somente a excelência do nosso curso, mas também a proteção dos nossos professores, que se disponibilizam a nos ensinar não só a carreira jornalística, mas ética, respeito e responsabilidade. O que não foi demonstrado em momento algum pela decisão do Conselho da Faficla ao votar pela extinção do Departamento de Jornalismo.

SUMÁRIO

	SAÚDE PÚBLICA CLAMA POR VERBA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIDADE	3
	NATU O QUÊ?	7
	SAÚDE MENTAL PEDE SOCORRO	9
	LEI ROUANET: A NOVA LEI DE INCENTIVO À CULTURA	10
ENSAIO FOTOGRÁFICO	RETRATOS DO DESCASO COM A SAÚDE PÚBLICA	12
	PEC DA MORTE: (CONTRA) REFORMA DA PREVIDÊNCIA	14
	VAMOR FALAR SOBRE DAMARES ALVES	16
	FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA SOFRE ENTRAVES	17
	APROXIMAÇÃO ENTRE BARSIL E ISRAEL ELEVA O DEBATE SOBRE O CONFLITO	18
	EXTREMA DIREITA CRESCE NA EUROPA EM MEIO A POLÊMICAS COM A RÚSSIA	19
POESIA	POESIA ARMADA E SÓ SEI QUE NADA SEI	21
CRÔNICA	INSPIRAÇÃO, TRANSPIRAÇÃO E OS ENCONTROS MOVEM A CIDADE	22
RESENHA	QUEM TEM MEDO DE DJAMILA RIBEIRO?	23
CONTRA-ATAQUE	THAISA MORENO: "A ITÁLIA REALMENTE TEM ABRAÇADO O FUTEBOL FEMININO	24

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Amália Pie Abib Andery
REITORA

Fernando Antonio de Almeida
VICE-REITOR

Márcio Alves da Fonseca
PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Alexandra Fogli Serpa Geraldini
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Marcia Flaire Pedroza
PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO

Silas Guerriero
PRÓ-REITOR DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

Antonio Carlos Malheiros
PRÓ-REITOR DE CULTURA E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Mariangela Belfiore Wanderley
CHEFE DE GABINETE

FACULDADE DE FILOSOFIA,
COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES – FAFICLA
Angela Brambillia P. Lessa
DIRETORA

Cristiano Burmester
DIRETOR ADJUNTO

Valdir Mengardo
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Fabio Cypriano
COORDENADOR DO CURSO DE JORNALISMO

Endereço: Rua Monte Alegre, 984
Perdizes - CEP: 05014-901

EXPEDIENTE

CONTRAPONTO

Comitê Laboratorial
Cristiano Burmester, Fabio Cypriano,
José Arbex Jr., Maria Angela Di Sessa
e Pollyana Ferrari

Editora Responsável
Anna Flávia Feldmann

Ombudsman
Victoria Azevedo

Editor assistente
Raul Vitor

Editorias
Ambiental: Vitória Martins
Cidades: Sarah Catherine Camara de Seles
Cultura: Matheus Lopes Quirino
Internacional: Daniel Gateno
Política: Giovanna Colossi

Fotografia
Nádia Duarte

Revisão
Maria Clara Vieira, Raul Vitor, Vitor Hugo
e Giovanna Colossi

Foto da Capa: Reprodução
The people speak!/Flickr

JM Desenvolvimento Criativo Ltda-ME
Fone: 11 3679.7746

CONTRAPONTO é o jornal-laboratório
do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre 984 – Perdizes
CEP 05.014-901 – São Paulo – SP
Fone: 11 3670.8205

Número 121 – Julho/Agosto de 2019

Lumen Graph
Fone: 11 94708.5762

SAÚDE PÚBLICA CLAMA POR VERBA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIDADE

Por Giovanna Colossi, Raul Vitor e Sarah Catherine Camara de Seles

Pensado a partir de experiências de sucesso na Europa, como no caso do *National Health Service* (NHS) britânico, o Sistema Único de Saúde nasceu no início de 1970. Surgiu no contexto da luta contra a ditadura, pelo movimento da Reforma Sanitária e foi oficializado em 1988, na Constituição Federal mais conhecida como 'Constituição Cidadã', que tem o SUS como uma das grandes conquistas.

Foi projetado dentro de um momento amplo de transformações na sociedade brasileira, no caso as reformas sociais – em que a saúde estaria articulada às reformas urbanas, agrária, universitária e tributária. No horizonte dos militantes da Reforma Sanitária estava a superação da ditadura – instalada em 1964 – e para boa parte do movimento a ampliação dos espaços democráticos para a criação de um socialismo democrático, que ia além do Estado de bem-estar social.

Porém, por mais que a Constituição de 88 e o SUS tenham sido pensados em meio à grande mobilização, o texto divergia da mente neoliberal que já atingia o mundo, e por consequência a América Latina. Com isso, o financiamento necessário para que o projeto funcionasse da forma arquitetada jamais veio, e nenhum governo jamais assumiu o compromisso de garantir a real universalidade do sistema.

Com 31 anos, o Sistema Único de Saúde acumula avanços, acompanhados de retrocessos. O capital financeiro, principal fonte de crescimento, tem cada vez menos interesse na saúde das pessoas, a lógica já não é – se um dia foi – usar o fundo público para políticas sociais, pelo contrário. O trabalho, cada vez mais flexível, necessita hoje apenas da saúde mínima dos seus trabalhadores.

Os dados mais recentes sobre a opinião pública em relação ao SUS foram encomendados pelo Conselho Federal de Medicina para o Datafolha e divulgados durante as eleições presidenciais de 2018. O resultado, ambíguo, mostra o relacionamento de necessidade e desagrado entre cidadãos ao SUS – 89% da população avalia a saúde pública e/ou privada como péssima, ruim ou regular. Porém, entre todos os entrevistados, que inclui pessoas com planos de saúde, dependentes do SUS, mulheres e homens, chega a ser unânime – com 88% da população confirmando – que o SUS deve se manter como um modelo de acesso universal, integral e gratuito para todos os brasileiros.

A saúde também aparece como prioridade número um dos brasileiros para os próximos governantes, mas o recado transmitido diariamente nas mídias hegemônicas do caos que se encontram os órgãos públicos de saúde chega para os governantes e nada se transforma em leis e projetos. Pelo contrário, o último golpe – e talvez o mais grave – aconteceu em 2018, logo

Precarização do Sistema Único de Saúde cresce na agenda do governo de São Paulo e põe em risco o futuro de um dos maiores e melhores sistemas de saúde públicos do mundo



no começo do “governo” Temer, com a Emenda Constitucional 95, mais conhecida como PEC da morte, que congela as despesas primárias, as reduzindo em relação ao PIB ou em termos *per capita* por duas décadas, em 2019 somente, o SUS deixará de receber R\$9,5 bilhões. É o descaso institucional do Estado brasileiro, como podemos verificar nas reportagens a seguir:

O desalento nas UBS's

A Unidade Básica de Saúde (UBS) tem como seus objetivos ser a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS) e atender até 80% dos problemas de saúde da população, para que não haja a necessidade da ida ao hospital. Nelas, a população tem direito às consultas médicas, curativos, tratamento odontológico, vacinação, e coleta de exames laboratoriais.

A precariedade nas UBS's em São Paulo, situação que não é uma novidade para os paulistanos, não é um ponto solitário dentro da discussão sobre oferecimento de um serviço público de saúde de boa qualidade. Além das demandas por melhorias advindas da população, funcionários reclamam do descaso e da falta de boa gestão, somados às menções a um desmantelamento intencional, com o objetivo de favorecer instituições privadas do ramo.

De acordo com o Sistema de Localização de Estabelecimentos de Saúde da Rede SUS do Município de São Paulo, há 467 UBS's na capital do estado, e as menores concentrações estão na zona Oeste e extremo da zona Sul do município. Enquanto a primeira contém bairros nobres e considerados de boa qualidade de vida, como Pinheiros e Perdizes, a segunda abarca algumas das regiões que mais necessitam da atuação da Prefeitura, como Grajaú, Santo Amaro e Parelheiros.

O **Contraponto** conversou com um assistente de gestão de políticas públicas que preferiu não ser identificado. Por conta disso, usaremos as duas primeiras iniciais de seu cargo para nomeá-lo: A.G. Suas funções são basicamente administrativas, engloba o atendimento ao município direto e via telefone, além da realização de atividades administrativas, como confecção de documentos oficiais e operação de diversos sistemas informatizados.

Apesar de não estar previsto em seu cargo, A.G. realiza atividades de manutenção de computadores, reparos e suporte a outros servidores, além de manutenção predial (como instalações elétricas) e reparos de mobiliários (como mesas, cadeiras e prateleiras). Disse que a Prefeitura é bastante deficitária em muitos aspectos e que este é um deles. “Passar do meu

horário é praticamente rotina pra mim e para alguns dos meus colegas de trabalho, pois devido ao déficit de recursos humanos, as obrigações se acumulam e muitas vezes a nossa carga horária habitual não é suficiente”.

Na unidade onde trabalha não há funcionários suficientes para um atendimento adequado. Estão defasados em todas as categorias profissionais presentes na unidade. Nos cargos administrativos deveria haver 10 funcionários, mas atualmente são 4. A enfermagem deveria ter no mínimo 20 auxiliares e 3 enfermeiras, mas hoje possui 2 enfermeiras e 11 auxiliares. Médicos deveriam ser, pelo menos 3 ginecologistas, 3 clínicos gerais e 3 pediatras, mas no momento há apenas 2 ginecologistas. Nenhum pediatra ou clínico. Tem-se 3 médicos do programa Mais Médicos, porém os contratos não serão renovados.

Esses problemas afetam a população, que aguarda exames e consultas, além de não obter retorno de suas reclamações. Este é o caso de Marcelo Mesquita, morador do Jardim Santa Cruz, bairro da zona norte de São Paulo, que utiliza da UBS Vila Dionísia e da UBS/AMA – Especialidades Parque Peruche. Apesar de não ser a mesma unidade a precarização é muito semelhante.

Marcelo já realizou uma série de denúncias na ouvidoria 156 da Prefeitura de São Paulo, mas está cansado devido à falta de resultado. Atualmente, está aguardando por uma cirurgia para retirada de pedras nos rins, constatadas em um exame realizado anteriormente. “O médico informou que a lista de espera estava de 8 a 9 meses. Ai eu perguntei: ‘e as dores, como é que fica?’”. A gente vai ficar sofrendo, com dor, sem ter pra onde correr, tomando Buscopan?”.

O homem de 48 anos declara que, no seu ponto de vista, o fato de o único canal para reclamações ser do mesmo órgão de que está reclamando é uma questão problemática. “Não é alguém de fora que vai cobrar deles e resolver o caso da pessoa. Eles mesmos que ficam embromando e tentando tapar o sol com a peneira”.

Na unidade de A.G. o retorno recebido é o mesmo. Por serem geridos pela Prefeitura de São Paulo, as contratações só podem ser feitas por concurso público. Existe para funcionários administrativos, mas não para esta unidade, somente outros serviços, e não se tem informação sobre o motivo disso. Várias vezes ao ano são cobrados documentos com a necessidade de pessoal, mas a resposta não chega.

Todos esses impedimentos são apenas continuação do que A.G. percebe desde que ingressou na Prefeitura de São Paulo. “As questões são a falta de recursos, a perceptível falta de interesse dos governantes em resolver alguns problemas, a falta de planejamento, além da pluralidade de modelos de gestão da saúde pública. Eu diria que estes problemas são extremamente graves, pois eles impedem a realização de políticas públicas efetivas que realmente deem conta de atender as necessidades da população”.

A.G. não percebeu uma mudança na forma de agir da nova gestão da Prefeitura que precarizasse mais o serviço, ainda que exista uma carência de ações para a melhoria de qualidade, que o torna ineficiente indiretamente. A falta de agir vem desde o Kassab (Prefeito quando ingressou no cargo). “Porém, nesta administração atual percebemos uma inércia muito grande. Só não sabemos se isso é proposital ou falta de um norte para seguir”.

Para o assistente, além da corrupção, um dos fatores que dificulta o desenvolvimento de uma política pública séria e resolutiva é a falta de um padrão. Há no país vários modelos de gestão de saúde, e a pluralidade é até interessante, mas acaba sendo conflitante. “Hoje aqui no município nós temos um modelo de administração direta pela prefeitura e outro por meio de terceirização, onde as OS (Organizações Sociais) realizam a gestão dos serviços. Geralmente ambos acabam entrando em conflito, além de possuírem modos opostos de funcionamento, o que acaba confundindo o munícipe e dificultando o seu acesso à saúde”.

No caso do funcionamento das UBS’s, é por meio de um sistema chamado de tradicional, onde a unidade possui os clínicos gerais, os pediatras e os ginecologistas. Além disso, para ter acesso ao serviço, o munícipe deve se dirigir ao local onde ela está instalada para agendamento das consultas e exames.

No modelo terceirizado das OS’s, há algumas unidades no modelo tradicional, mas a maioria faz parte do PSF (Programa de Saúde da Família). Neste, a área de abrangência (território pelo qual a UBS é responsável) é dividida entre várias equipes, onde cada uma é encarregada de um certo número de pacientes, e que são compostas por agentes de saúde, auxiliares de enfermagem, enfermeiro e médico. Este médico é um generalista, ou seja, possui conhecimento em várias especialidades, e sua principal preocupação seria a saúde não só do paciente, mas de sua família com um todo. O acesso do munícipe ao serviço de saúde é feito por meio do agente da saúde que vai até a sua casa para o agendamento de suas necessidades. “Se um modelo é melhor que o outro, é difícil dizer, os dois têm suas vantagens e desvantagens”, comenta A.G.

A.G. disse que sempre há a crença de que o objetivo do governo é precarizar o serviço para que se tenha uma justificativa para a terceirização, mas afirma que são boatos, já que não há nada confirmado.

Fachada do Hospital Universitário



© Marcos Pontes/USP Imagens



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS
SAÚDE PÚBLICA
Rua Riachuelo, 115 - 1º andar - CEP 01007-904
Fone: 3119-9088

PJDH n. 537/2014

Memória de Reunião

No dia 29 de março de 2019, por volta das 14h00 horas, nesta Promotoria, na presença dos Promotores adiante assinados, compareceram os constantes de lista anexa.

A reunião em tela foi agendada em continuidade à realizada anteriormente, na qual ficou acordado que os representantes da USP trariam algumas propostas para a reativação do HU em sua plenitude, contando com os novos recursos constantes do orçamento da USP.

A reunião foi inteiramente gravada em CD anexo.

Ao final foram acordados os seguintes encaminhamentos:

1. Oficie-se ao Secretário Estadual da Fazenda solicitando esclarecimentos quanto ao não repasse dos duodécimos, até o momento, relativos à verba de 40 milhões aprovada pela ALESP, dentro do orçamento da USP, referente ao Hospital Universitário. Esclareça-se que, em reunião realizada nesta Promotoria em 29.03.2019, o Sr. Superintendente do HU informou que, conforme informação da Reitoria da USP, a verba de 40 milhões incluída para o Hospital Universitário da USP, dentro do orçamento da USP, ainda não teve repasse de quaisquer duodécimos. (30 dias)

**Memória de
reunião do
Ministério
Público**

© Documento público

O desmonte do Hospital Universitário

O Hospital Universitário da USP (HU) está na mira dos privatistas. Em 2014, na gestão do reitor Marco Antônio Zago, iniciou-se um processo de estrangulamento e consequente asfixia do hospital, que sofre, desde então, com os reflexos causados pela falta de verba.

O HU atende a região do Butantã, que possui cerca de 430 mil habitantes e uma única unidade de emergência, o Pronto Socorro Municipal Dr. Caetano Virgílio Neto. Devido à escassez de opções, o Hospital Universitário se apresenta como uma alternativa para os moradores da região.

Segundo a organização Rede Social Brasileira Por Cidades Justas e Sustentáveis, dos moradores da região do Butantã 15% encontram-se em favelas. O próprio HU está ao lado de uma, a São Remo.

Além disso, uma pesquisa dirigida pela socióloga Rachel Moreno, do Instituto Opinião, apontou que 65% dos moradores da região não possuem convênio de saúde, e 55% dos que usam o HU, utilizaram em situação de emergência.

Santana Silva, integrante do Coletivo Butantã na Luta ressaltou a importância do Hospital para a região, em entrevista ao Contraponto. "O hospital é de extrema importância, para região do Butantã. As comunidades como, Vila Dalva, Jardim Jaqueline e tantas outras da região, demonstram um apreço enorme pelo Hospital Universitário e tinham nele, uma única forma de ter sua saúde atendida, pois é o único hospital público da região do Butantã."

Além disso, o integrante do Coletivo ressaltou os danos causados pela asfixia gerada pelos ataques direcionados ao hospital nos últimos anos. "Hoje o HU possui somente cerca de 45% de sua capacidade de atendimento, praticamente todo o hospital está referenciado, o que vale para seus dois prontos-socorros. O hospital também mantém 8 pontos do centro cirúrgicos fechados e a quantidade de partos caiu brutalmente. Isso sobrecarrega principalmente a medicina básica. As unidades de saúde da região, estão superlotadas", complementou.

No âmbito político, Santana acredita que o plano de desmonte do HU, está dentro do contexto do governo, já que o Hospital está ligado à USP e a universidade está ligada ao Estado.

"A política do governo se reflete claramente na universidade, com isso você percebe que nos hospitais universitários, não só de São Paulo, mas do Brasil inteiro, está incluso o processo de desmonte. O processo de privatização na saúde é brutal. Cerca de 90% das nossas Unidades Básicas de Saúde (UBS) são gerenciadas pelas Organizações Sociais de Saúde."

O **Contraponto** também conversou com um aluno do curso de enfermagem da USP, que estagia no centro cirúrgico do Hospital Universitário e não quis se identificar.

Contraponto – Como é trabalhar no HU, hoje?

Não é nada confortável. Isso comparado com minha experiência em outros hospitais. No centro cirúrgico, falta principalmente equipe de enfermagem. Fica puxado pra quem precisa fazer serviço de outras pessoas, como não tem contratação desde 2013, os funcionários que estão lá estão se desgastando muito. Não sei te informar exatamente os números, mas as taxas de lesão ocupacional, impedimentos funcionais e "presenteísmos" são enormes. Um hospital que poderia realizar 7 cirurgias concomitantes, deixa todo mundo estressado com apenas 4 cirurgias acontecendo juntas.

CP – Como o Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) afetou o Hospital?

Os funcionários que mais aderiram ao PIDV foram da enfermagem. Isso causou o fechamento da Unidade de Terapia Semi-Intensiva (UTSI), a redução de leitos na Unidade de Terapia Intensiva, clínicas e Prontos Socorros. Querendo ou não, isso impacta até no centro cirúrgico. Às vezes precisamos de uma vaga na UTI para operar um paciente, mas temos que suspender a cirurgia devido à falta de leitos. Isso se o paciente tiver sorte e não for uma cirurgia de emergência. O estresse que os funcionários estão sentindo é muito nítido. O pessoal que trabalha lá há 20/30 anos está extremamente desgastado.

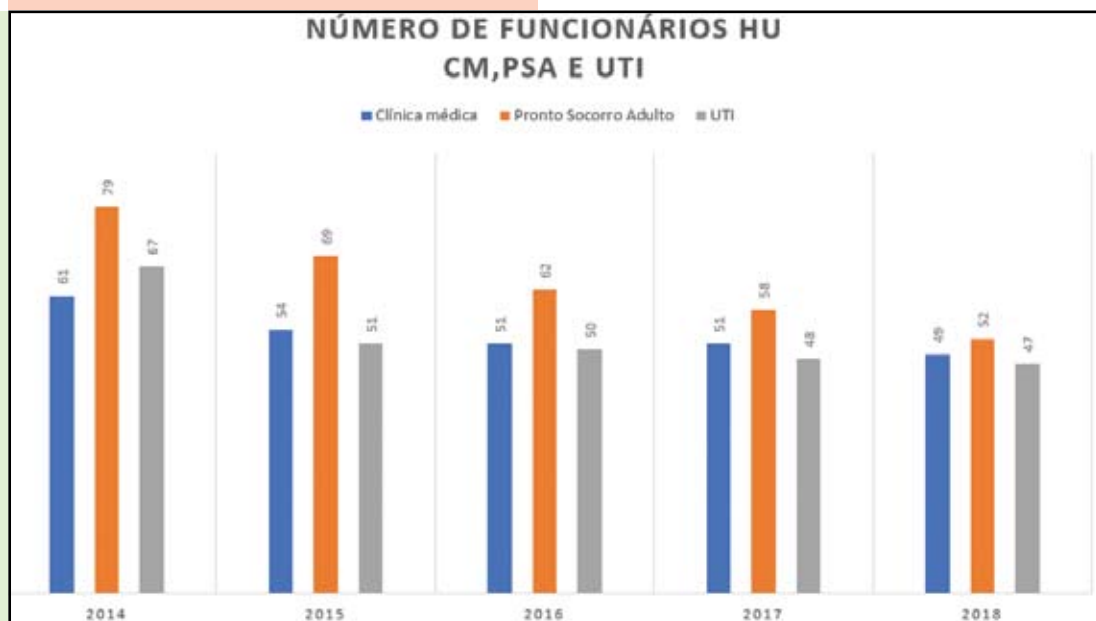
O estagiário também nos informou que o banco de sangue do hospital foi fechado, nesse mês, por falta de funcionários e enfatizou a seriedade desse acontecimento. "Centro cirúrgico, pronto socorro e UTI precisam ter acesso rápido à sangue em casos de emergência. O fechamento do banco de sangue, afeta os pacientes de forma imprevisível, nunca se sabe quando vão precisar", afirmou.

A história do desmonte

Esses indicadores não preocuparam o reitor da universidade em 2014. A primeira investida de Marco Antônio Zago foi a tentativa de desvinculação do hospital, que em seus planos, deveria ser gerido pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e não pela USP.

A ação do reitor fracassou devido à mobilização da comunidade universitária e da recusa por parte do Governo em receber a administração do hospital. Zago não se conteve e no ano seguinte – 2015 – planejou o PIDV.

O Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) foi um ajuste ao nó da força que estrangula o hospital. Com a justificativa de conter os excessos da folha de pagamento, dos 1.433 servidores que aderiram as demissões, 213 eram do HU. Aproximadamente 15% de todas as demissões estavam voltadas ao hospital. Não



Número de funcionários demitidos por setor

“O HOSPITAL É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA, PARA REGIÃO DO BUTANTÃ. AS COMUNIDADES COMO, VILA DALVA, JARDIM JAQUELINE E TANTAS OUTRAS DA REGIÃO, DEMONSTRAM UM APREÇO ENORME PELO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E TINHAM NELE, UMA ÚNICA FORMA DE TER SUA SAÚDE ATENDIDA, POIS É O ÚNICO HOSPITAL PÚBLICO DA REGIÃO DO BUTANTÃ.”

© Reprodução



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Fiscalização - Rua Domingos de Moraes, 1810 - Vila Mariana
CEP: 04010-200 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 5908-5600 / www.cremesp.org.br

clínicas, pediatria e cirurgia este número é maior o que causa sobrecarga e possibilidade maior de erros e falta de atendimento.

- Encontramos grande número de pacientes na observação do Pronto Socorro adulto, ao redor de 23 pacientes. Mais da metade destes pacientes estão internados a mais de 24 horas no setor de observação. Foi encontrado pacientes com indicação de unidade de terapia intensiva internado nos leitos de observação. O acúmulo de pacientes graves na observação do pronto socorro tem se acentuado pelo fechamento de leitos de enfermagem e de terapia intensiva, ao redor de 45 leitos.
- Conforme relato dos médicos clínicos, cirurgiões, pediatras, obstetras, ortopedistas entre outros entrevistados durante a vistoria, todos afirmaram a impossibilidade em manter o padrão anterior de qualidade, com situações de risco e sofrimento tais como a dificuldade de se conseguir analgesia intraparto conforme relato do obstetra de plantão; casos de infecção da vesícula (colecistite aguda) que não são operados dentro do prazo agregando maior risco aos pacientes conforme relatou a Diretora do pronto Socorro.
- Foi enviado relatório da gerência de risco descrevendo erro no lactário com troca de dietas e óbito de criança de cerca de 8 meses possivelmente relacionado ou agravado pelo evento da troca de nutrição. Solicito que seja encaminhado relatório para investigação em maior detalhe pela Câmara Técnica de pediatria do CREMESP.

Nota do Conselho Regional de Medicina sobre o Hospital Universitário, em 2015

satisfeito, o reitor cortou o pagamento dos plantões médicos, com a mesma justificativa.

A pedido do Ministério Público de São Paulo (MPE-SP), o Conselho Regional de Medicina elaborou um relatório, para investigar a situação do hospital, em 2015. Nele se encontra o relato, encaminhado pelo médico Dr. Jairo Degenszajn, ao chefe de plantão, no dia 13 de abril de 2015:

“Plantão muito tumultuado! PSA com 20 macas, PSI com 18 macas. Sou informado pela pediatra de plantão que temos dificuldade no uso de oxigênio, devido ao número de crianças com doenças respiratórias. Como se já não bastassem nossos problemas, fico sabendo que vários equipamentos da região estão sem pediatra. Fui contactado pela dra. Mariana Sato, do PZO, que confirmou esta informação. Recebi várias solicitações de AMAs para pediatria. Recusei a vinda de uma criança do PS Band que já estava em tratamento. Estamos com as UTIs todas lotadas. Foi necessário suspender cirurgia por falta de vaga na UTI A. Autorizei a contragosto a vinda de paciente feminina vítima de múltiplos ferimentos por arma branca, do PS Band”.

Os anos seguintes foram marcados pela resistência da comunidade e dos estudantes. Em 2017, os alunos do curso de Medicina e de Enfermagem entraram em greve, na busca por contratações. No mesmo ano, o Pronto Socorro Infantil fechou.

Desde então, o número de funcionários do hospital vem diminuindo e o Governo do Estado se mostrou indiferente ao caso. No final de 2017, a Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), aprovou o repasse de R\$ 48 milhões, como verba adicional ao HU, para a contratação

de funcionários, mas esse dinheiro jamais foi visto pelo hospital.

Em 2018, devido às eleições, Geraldo Alckmin se afastou do Palácio dos Bandeirantes e em seu lugar, assumiu Márcio França. O destino de Zago também mudaria naquele ano. O até então reitor da USP, foi nomeado, de forma irônica, Secretário da Saúde de São Paulo.

A situação do Hospital permaneceu a mesma. Mesmo com o veto ao repasse de R\$ 48 milhões derrubado após intensa luta dos funcionários, coletivo e estudantes contra a decisão de França de reter o valor adicional, o novo reitor,

Vahan Agopyan não utilizou o dinheiro para a contratação de funcionários.

O Hospital segue na busca de dinheiro para repor os funcionários perdidos. Mais uma emenda orçamentária adicional foi aprovada pela Alesp, dessa vez de R\$ 40 milhões. Contudo, o dinheiro não foi repassado para reitoria.

É possível que o Governador de São Paulo, João Dória, que segue a mesma linha de desmonte da saúde pública de seu sucessor, Geraldo Alckmin, veto o repasse. Assim como, é possível o reitor novamente não destinar o repasse para a contratação de funcionários para o HU.

Coletivo Butantã na Luta em defesa do HU

O Coletivo Butantã na Luta surgiu, em 2016, a partir do golpe jurídico parlamentar instaurado contra a presidente Dilma Rousseff. O manifesto do Coletivo é baseado na luta pela democracia e por direitos sociais, tendo em vista que as causas locais e as causas nacionais estão interligadas.

A luta contra o desmonte do Hospital Universitário, localizado na região de atuação do grupo, foi abraçada pelo Coletivo. A primeira iniciativa tomada para combater os ataques, foi a realização de uma pesquisa no bairro, que ajudou a entender a importância do HU, para a população.

Com o resultado da pesquisa, o Coletivo conseguiu criar um abaixo-assinado em defesa do Hospital Universitário, que contou com a assinatura de 60 mil pessoas e culminou num abraço coletivo com mais 1600 pessoas ao redor do HU.

As manifestações chamaram a atenção da grande mídia, mas não comoveu a Reitoria. Devido a isso, o Coletivo se fez presente na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e buscou verbas para suprir a defasagem de 406 funcionários do quadro hospitalar. Em 2018, a Alesp liberou, numa votação unânime uma emenda orçamentária adicional de R\$ 48 milhões.

O Governador de São Paulo, Márcio França, que substituiu Alckmin, vetou a emenda. O coletivo travou mais uma batalha para derrubar o veto e, mais uma vez saiu vitorioso. Contudo, o reitor Vahan Agopyan, não utilizou essa verba para a contratação de funcionários.

Marcha que antecedeu o abraço coletivo ao HU



© Coletivo Butantã na Luta

NATU O QUÊ?

Por Luise Goulart Duarte
e Camilo Libério

A Naturologia, é uma área da saúde baseada na teoria do vitalismo que busca, a partir de métodos de tratamento naturais, a prevenção de doenças, o equilíbrio do organismo, a qualidade de vida e a saúde do ser de maneira geral.

Sua aplicação, leva em consideração aspectos emocionais, mentais, físicos, sociais a relação do ser com a natureza. Sendo assim, o naturólogo – profissional da área – procura analisar e conhecer o todo do sujeito, como objetivo de possibilitar a autorreflexão, o autoconhecimento e o auto cuidado para que a própria pessoa seja capaz de gerar mudanças de dentro para fora. Pode-se dizer, então, que o grande princípio da Naturologia é cuidar da saúde para não ter que tratar a doença.

A relação do naturólogo com o indivíduo é humana e de troca, a partir de um processo denominado interagência, ou seja, quem busca o atendimento de um profissional da Naturologia, não busca por uma consulta em que se manterá passivo, mas sim por uma interatividade.

Dessa maneira, diferentemente da medicina ocidental tradicional, o ser humano que é atendido por um naturólogo, não é chamado de paciente, mas de interagente, uma vez que não se trata de um simples cumprimento de recomendações médicas, há um incentivo à busca da consciência, promovendo uma mudança no estilo de vida como um todo.

Um exemplo é o caso da cura de doenças crônicas, em que não se basta o fornecimento de comprimidos, é preciso empoderar e conscientizar o ser, estimulando mudanças de hábito em sua vida.

Essa ciência engloba diversos campos – utilizando-se desde práticas corporais até a fitoterapia – sendo alguns deles antroposofia, aromaterapia, cromoterapia, fitoterapia, florais, hidroterapia, massoterapia, medicina chinesa tradicional, reflexologia, terapia ayurveda, terapia meditativa ativa e yogaterapia, sendo que todas essas áreas atendem ao princípio de conexão entre corpo, mente e natureza. Suas atuações podem ser feitas tanto individualmente, como é o caso de atendimento em consultórios, hospitais ou clínicas, quanto coletivamente, seja atuando em empresas, escolas ou academias.

Em meados de 1990, a preocupação em fundamentar e estabelecer de fato a aplicação efetiva e o estudo dos tratamentos tradicionais, complementares e integrativos que, até o momento, englobavam um grupo distanciado, em resposta à crescente procura dessas práticas, se intensificou.

Devido à demanda do mercado e reivindicações públicas originadas na constituição do SUS, surgiu o Bacharelado em Naturologia no Brasil, constituindo uma formação de nível superior para atuar com as Práticas Integrativas e Complementares (PICs).

Em 1994, a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Doutor Bezerra de Menezes, em Curitiba, criou o curso técnico em Naturologia; Em 1998, a UNISUL (Universidade do Sul de Santa

O que é a naturologia e qual sua importância?



Símbolo que representa a naturologia e a integralidade. Os 6 círculos entrelaçados formam pétalas que, juntas, formam uma flor. Cada pétala representa um nível de atuação, sob o olhar multidimensional do ser humano. Sendo Vermelho (o físico); Laranja (o metabólico); Amarelo (o mental consciente); Verde (o emocional); Azul (o inconsciente) e Lilás (o espiritual).

Catarina) em Florianópolis, criou o primeiro curso superior (Bacharelado) de Naturologia do país.

Em 2002, a Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo, criou o segundo curso de Naturologia. Mesmo com a ampliação da oferta, o coordenador do curso, Caio Fábio Portella afirma, em entrevista realizada pela TVPUC, que o estranhamento de algumas pessoas, diante dessa ciência, ainda é algo presente na sociedade, inclusive, alguns a entendem como algo místico, enquanto na verdade, é uma área baseada em estudo com bases conceituais e científicas.

Por outro lado, Caio também menciona que o Brasil, em termos culturais, favorece a atuação do naturólogo por conta dos costumes do país, pois existe internamente uma raiz muito forte de medicinas tradicionais herdadas dos povos indígenas que ainda refletem nos hábitos dos cidadãos brasileiros, fazendo parte da própria cultura nacional.

Apesar dessa análise, o profissional reconhece que, ainda assim, há uma dificuldade em

atuar na área, por tratar-se ainda de um grupo profissional pouco reconhecido oficialmente. “Nadar contra a correnteza é sempre desafiador”, afirma o especialista.

O **Contraponto**, foi até o campus da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo, e entrevistou os alunos Ana Júlia Migray, Victor Paschoal, Gabriela Zanata e Gustavo Gasparini; todos estudantes do terceiro semestre. Ao serem perguntados o porquê escolheram a Naturologia, todos disseram estar no curso porque se identificaram com o modo de viver que a Naturologia proporciona como um todo.

Para Gabriela, depois de conhecer melhor as áreas que o curso abrange, ela se encontrou, por perceber a existência de uma forte conexão com a natureza. “Somos vistos com preconceito. Você tem pai e mãe de um lado e a sociedade do outro, todos te encarando. Eu acho que me encontrei mais por ser diferente. A Naturologia tem esse olhar diferente pra saúde.”

Já Victor Paschoal, não é paulistano, passou a adolescência atuando na área de preservação ambiental e nunca cogitou fazer faculdade, com isso sua experiência com a Naturologia foi um pouco diferente. “Sempre tive a noção de que a Natureza e a medicina estão completamente ligadas, tudo flui de forma natural”, afirma.

Para Gustavo Gasparini, no entanto, a decisão veio a partir de experiências pessoais, logo após sua entrada no Ensino Médio. “Eu era muito ansioso e o que me ajudou, foi a terapia. Foi a partir dessa mudança que me encontrei e quis fazer Naturologia.”

Por ser uma área desconhecida grande parte da população nem sabe sobre a existência. Sabe-se no que consiste a acupuntura ou a cromoterapia, mas essas especificidades não são atreladas à profissão do naturólogo. Não é à toa que, todos os entrevistados pelo Contraponto, constatam que a piada interna do curso é que toda vez que alguém lhes pergunta sobre o que fazem da vida (ou algo do gênero) e respondem Naturologia, a resposta espontânea é “Natu o quê?”.

A medicina convencional - ou moderna, como é denominada e aplicada atualmente no Ocidente - é uma das várias áreas de conhecimentos que engloba os estudos e aplicações de técnicas científicas, tais como biologia e química, que visam o tratamento e a prevenção de doenças de um indivíduo de forma paliativa - a Alopátia.

Por outro lado, a Naturologia se caracteriza pela maneira com a qual o indivíduo é avaliado, buscando tratar os efeitos da doença, amenizar seus sintomas e não curar ou investigar necessariamente suas causas. O ser é tido como paciente, ficando, muitas vezes, submisso ao médico e suas recomendações.

No caso do Sistema Único de Saúde (SUS), com a atual demanda e certa precariedade, os pacientes não são devidamente atendidos e o que acaba ocorrendo, consequentemente, é um tratamento superficial, deixando de lado, muitas vezes, as causas iniciais e hábitos que levaram esse indivíduo a apresentá-los, o que acaba por valorizar um trabalho mais técnico e mecanizado.

Com base nessa realidade, Ana Júlia Migray, em sua experiência de estágio no SUS, observa o pouco tempo que existe entre o interagente e o profissional da área no sistema público, destacando a pressa entre atender uma e outra pessoa, pois na maioria das vezes há quantidade de gente excessiva em espera por cuidados profissionais.

Júlia explica que na medicina convencional não há muito diálogo do médico com o paciente, mas no campo da Naturologia esse diálogo é, além de presente necessário, e isso deveria ser mais explorado como um diferencial positivo, mas, na prática, o tempo é um fator que limita a consulta integrativa. “Os interagentes querem e precisam conversar, se abrir e a medicina não

dá oportunidade. O paciente está abandonado e a Naturologia quer ouvir as pessoas”, diz a estudante.

Esse método medicinal, se enquadra em uma espécie de medicina alternativa que se contrapõe em muitos fatores à medicina convencional, mas não é uma oposição a ela, apenas é uma das vertentes da área da saúde. “A medicina convencional vê apenas o sintoma, não a causa. A Naturologia vê o indivíduo como um indivíduo, e busca o que está atrás da doença, conhecer o paciente. A medicina faz você tomar um remédio, que vai te fazer tomar outro remédio; você só trata superficialmente a doença. Você se torna dependente. A Naturologia previne a necessidade do remédio”, analisa a aluna Gabriela.

Victor acredita que a mudança deve ser comportamental. “É a partir da interagência, ou seja, quando a pessoa não se coloca mais passiva (vou no médico, eu escuto, aceito tudo e vou embora), que ela passa a ser ativa, conversa com o médico, interage e se abre”. O estudante destaca que o fundamental para que haja uma mudança está nas pequenas ações. O que você faz, no seu dia a dia, quais as atitudes você toma, para mudar o sistema. “Para mim, a única forma de enfrentar essas dificuldades, é a micropolítica. Você quer mudar o outro? Você tem que mudar a si mesmo”.



© Fotos: Reprodução

SAÚDE MENTAL PEDE SOCORRO

Por Anna Baisi, Laura Augusta,
Luise Goulart e Manuela Avanzo

O diálogo em torno da saúde mental e os temas que a cercam ainda é tabu na sociedade. Para muitos, doenças como depressão, ansiedade e outros transtornos mentais são tratados como “frescura” ou “coisa de quem não tem o que fazer”.

No Brasil, o tratamento para aqueles que sofrem de algum problema psicológico de menor ou maior grau ainda é muito deficiente. Além disso, os obstáculos vão desde os investimentos na área, até problemas de logística nas regiões mais afastadas do país. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que a porcentagem de pessoas que sofrem de males ligados à saúde mental e que não obtém acesso ao tratamento adequado está entre 75% e 85%.

Entre os jovens, os problemas psicológicos aumentam de intensidade justamente por se encontrarem em uma fase transitória e conflituosa em relação às exigências sociais. Há muitas dúvidas quanto à compreensão da própria identidade, sexualidade e seu lugar em determinado tempo histórico.

De acordo com Danilo Goulart dos Santos, psicólogo clínico e escolar e psicanalista, para entender os maiores vilões da saúde mental dos adolescentes hoje em dia é importante considerar as condições sociais de desigualdade, momento político e moral desse determinado tempo e, principalmente, nosso sistema econômico, que necessariamente acarreta nos modos de viver e adoecer.

O especialista diz ainda que outro aspecto relevante são as novas formas de conexão que se tornaram possíveis com a internet, que ampliou os modos de se relacionar, porém, nem sempre para uma forma positiva. Já que inúmeras relações construídas no universo online passam a ser artificiais e levam a uma falsa ilusão de felicidade. Além disso, redes sociais facilitam a comparação e aumentam o sentimento de inferioridade.

Em suas palavras, “o maior ‘vilão’ da saúde mental é uma sociedade consumista, que imprime nos jovens padrões de felicidade e sucesso muitas vezes inatingíveis”.

Para Danilo, a relação que se estabelece entre o tratamento de saúde mental e as condições socioeconômicas de um país são de consonância. Isso porque a condição de miséria, marginalidade, falta de recursos e exclusão são determinantes para uma degradação psicológica populacional. “Existem apontamentos importantes da OMS (Organização Mundial de Saúde) para essa afirmação. Sabemos também que o conceito de saúde coletiva, que embasa a política social de saúde – o SUS (Sistema Único de Saúde) – considera a saúde a partir da integralidade do sujeito, considerando os aspectos econômicos e culturais, bem como o acesso à educação e à informação como fatores importantes na promoção de saúde”.

Outro aspecto agravante é o sistema capitalista. A indústria cultural, pelos meios de comunicação, encarrega-se de criar desejos e reforçar a imagem padronizando corpos. A rapidez e o con-

A rapidez e o consumo exagerado marcado pelo capitalismo levam à “medicalização da vida”, modificando nossos modos de viver e adoecer



© Reprodução: The People Speak/Flickr

**“O MAIOR ‘VILÃO’ DA SAÚDE MENTAL É UMA SOCIEDADE CONSUMISTA, QUE IMPRIME NOS JOVENS PADRÕES DE FELICIDADE E SUCESSO MUITAS VEZES INATINGÍVEIS”
(DANILO GOULART DOS SANTOS)**

sumo exagerado marcado pelo capitalismo levam à “medicalização da vida” – termo usado por Danilo para definir o uso excessivo de psicofármacos no tratamento de males ligados à saúde psicológica –. “Tal discurso individualiza o sofrimento e através dos psicofármacos, adaptam os indivíduos para serem produtivos. A loucura e o sofrimento não tem lugar em uma sociedade neoliberal.”

Isso soma-se à questão de gênero, destacada por Danilo, chamando atenção para a prevalência de suicídio entre os homens, culturalmente educados para não demonstrar suas fragilidades e serem fortes. Em suas palavras, “tal expressão da masculinidade tóxica também é representada pela violência”.

Danilo Goulart reitera que, para lidar com pessoas que sofrem com algum transtorno mental, “a escuta e a presença com afeto são condições essenciais na relação com um sujeito que sofre. Compreender e escutar o outro sem julgá-lo. É também importante reconhecer a tristeza em sua legitimidade e humanidade”.

Para ele, atualmente há uma busca frenética por ajuda psiquiátrica com a finalidade de “pílulas mágicas” para a cura de patologias mentais, isso porque o processo terapêutico exige que o indivíduo olhe para dentro de si e entenda seus sentimentos de forma consciente.

A partir de Platão, filósofo da Grécia Anti-

ga, é preciso ocupar-se com a própria alma, pois o corpo é apenas um instrumento a serviço dela. Neste sentido, o cuidado de si, os cuidados com o corpo, com as causas de um adoecimento, com os cuidados médicos, com a dieta, com os prazeres ou com a construção do sujeito se confundem, fazendo com que a dietética (medicina, corpo, regime), aliada à econômica e à erótica, estejam entrelaçadas na constituição do sujeito.

No artigo “Estética, Corpo e Cultura”, de Marizabel Kowalski e Maria Beatriz Rocha Ferreira, o corpo ocidental está em plena metamorfose. Não se trata mais de aceitar como ele é, mas sim de corrigi-lo, transformá-lo e reconstruí-lo. O indivíduo busca em seu corpo uma verdade sobre si mesmo que a sociedade não conseguia mais lhe proporcionar. Sendo que os padrões valorizados não são os mesmos para todos.

Por fim, ao ser questionado sobre a indiferença em torno dos termos que envolvem a saúde mental, Danilo Goulart afirma que são inúmeros os fatores sociais e históricos que contribuem para o fenômeno. Contudo, destaca a produção das identidades que distribuem felicidade, superficialidade e a ilusão do sucesso, componentes esses que afastam as pessoas de uma busca singular em relação ao próprio sofrimento e desejo.

LEI ROUANET

A NOVA LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Por Giovanna Colossi, Raul Vitor
e Sarah Catherine Camara de Seles

Sergio Paulo Rouanet foi o responsável pela criação da Lei que carrega seu sobrenome. O oitavo ocupante da cadeira número 13 na Academia Brasileira de Letras não imaginaria, em 1991, que sua idealização como Secretário da Cultura de Fernando Collor geraria tantas polêmicas anos depois.

Falar em Lei Rouanet é quase um tabu. O principal objetivo da Lei é conceder incentivos fiscais para que empresas e pessoas físicas possam aplicar uma parte do Imposto de Renda em projetos culturais.

A Lei é uma via de mão dupla. Ao invés de direcionar o Imposto de Renda para o governo, pessoas físicas ou empresas direcionam uma parte desse imposto – 4% empresas e 6% pessoas físicas – para fomentar projetos culturais. É uma espécie de terceirização indireta do financiamento cultural.

A chave para entender a polêmica que gira em torno da Lei está na avaliação do governo. O Ministério da Cultura deve analisar se o projeto se enquadra ou não nas diretrizes da Lei antes de buscar um financiador. A partir de então, surgem algumas arbitrariedades por parte do governo em relação a qual projeto será aprovado.

Além disso, os projetos que possuem maior relevância mercadológica, ou seja, aqueles que possuem maior potencial de retorno aos financiadores são os preferidos. Desta forma, projetos menores podem não se concretizar, devido a uma “concorrência desleal”.

Devido a todo esse estardalhaço, o governo de Jair Bolsonaro, que já se mostrou contra investimentos culturais, surfou na onda das polêmicas em torno da Lei Rouanet, em sua campanha eleitoral.

O discurso contra a Lei caminhava na direção do “roubo ao dinheiro público” para “banco artistas que já são milionários”. Mas isso não é verdade. Em 2017, por exemplo, cinco mil projetos foram aprovados, o que gerou uma renúncia fiscal de empresas e pessoas físicas de R\$ 1,1 bilhão.

Se compararmos esses dados com isenções fiscais cedidas a empresas no mesmo ano, que chegou a marca de R\$ 354 bilhões de reais, notamos que a renúncia destinada à cultura é ínfima.

O problema não parece estar nos artistas milionários, mas sim nas empresas que financiam os projetos. Na Operação Boca Livre realizada pela Polícia Federal em 2018, por exemplo, descobriu-se que um grupo de dez empresas fraudavam projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, via Lei Rouanet.

Em março desse ano, houve mudanças feitas pelo governo na Lei Rouanet, que, de acordo com o ministro da Cidadania, Osmar Terra, passa a se chamar apenas “Lei Federal de Incentivo à Cultura”. O teto de financiamentos deixa de ser R\$60 milhões e vai para R\$1 milhão por projeto apresentado, o valor que era disponibilizado foi reduzido em 98%. Para uma

Ministério da Cultura cria novas regras para o financiamento de projetos e gera revolta na comunidade artística



© Fernando Schuler

“ESSAS MUDANÇAS, VÃO AUMENTAR O ACESSO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA À CULTURA, ESPECIALMENTE PARA AS PESSOAS MAIS POBRES”
(OSMAR TERRA)

mesma empresa, as verbas passaram do teto máximo de R\$60 milhões para R\$10 milhões.

O ministro afirma que as medidas foram tomadas para que ocorra a descentralização dos recursos no eixo Rio-São Paulo. O governo espera que haja aumento nas produções de empresas que não estejam localizadas nessa área, mas em outras regiões do país. Procura-se fomentar a cultura regional ao incentivar as regiões norte, nordeste e sul.

O número de ingressos distribuídos para famílias de baixa renda participantes do Cadastro Único também sofreu alterações. Os projetos culturais recipientes de recursos da Lei deverão distribuir de 20% a 40% dos mesmos de forma gratuita, antes era obrigatória a distribuição de somente 10%. Além disso, com as mudanças, é previsto que 10% dos ingressos sejam vendidos por até R\$50, não por R\$75 como era antes. Essas mudanças, segundo o ministro, “vão aumentar o acesso da população brasileira à cultura, especialmente para as pessoas mais pobres”.

Ele também declarou que as mudanças foram feitas para que haja foco no estímulo ao surgimento de novos talentos, o fortalecimento de ações de inclusão social, formando profis-

sionais na área artística e promovendo a cultura popular. “Por isso estamos reduzindo o valor máximo de cada projeto”, para que mais sejam contemplados. No entanto, muitos necessitam de valores mais altos para serem realizados e, por essa razão, serão prejudicados.

A ONG Orientavida, que capacita mulheres com o objetivo de ajudar e modificar as dificuldades sociais através do bordado, corte e costura desde 1999, foi responsável por trazer a exposição “90 Anos Mickey” para o Brasil.

O projeto em comemoração ao aniversário do personagem da Disney aconteceu entre 18 de janeiro e 21 de abril, no shopping J.K Iguatemi, em São Paulo. O evento angariou fundos por meio da Lei de Incentivo à Cultura. No total, foi solicitado o valor de R\$4.365.879,91 para ser distribuído entre todas as etapas, conforme informações disponibilizadas no site do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo (SALIC). Porém, foi arrecadado através de doação e patrocínio o valor de R\$4.300.000,00.

O diretor geral da ONG Orientavida, também organizador do evento, José Carlos Carvalho comentou em entrevista ao **Contraponto** a necessidade de uma lei como a Rouanet para que projetos, como a exposição de 90 anos do



© Reprodução

Manifestação artística de rua em prol da Lei Rouanet



© Reprodução

Mickey, e outros eventos lúdicos possam ser feitos e levados para um público, que normalmente não tem acesso a espaços de cultura.

Ao ser questionado sobre o que levou a ONG a trazer o evento para o Brasil, Carvalho nos informou que eventos culturais são fontes de incentivo e meios de arrecadação importantes para a organização, que conseguem não só vender os produtos feitos pelas artesãs, mas também arrecadar parte da bilheteria, que é então convertida para os projetos.

O diretor da ONG tocou em um ponto que passou a ser polêmico após a divulgação das novas regras da Lei Federal. A partir de agora, todos os eventos deverão disponibilizar de 20 a 40% dos ingressos de forma gratuita. Na exposição do Mickey, a Orientavida produziu um pouco mais de 186 mil ingressos, sendo que 18.630 estavam reservados para população de baixa renda, outros 37.260 foram para as empresas patrocinadoras, e o restante – por volta de 93 mil – comercializado, sendo que 10% deles foram vendidos abaixo do preço regular dos ingressos, que era de R\$35,00 e R\$45,00 reais conforme os dias da semana.

Para o produtor, que depende exclusivamente da arrecadação de bilheteria, as novas regras vão tornar a margem de lucro pequena,

já que boa parte dos ingressos será gratuita, e o restante, antes utilizado para balancear perdas devido à gratuidade, terá que ser vendido pelo valor de R\$50 fixo. Esta iniciativa do governo pode por fim a muitas novas ideias que não sairão do papel caso não apresentem uma possibilidade de gerar lucro em condições tão áridas, o que vai de contramão ao discurso do governo de abranger a economia criativa no Brasil.

No sentido de democratizar o acesso à cultura, a ONG possibilitou a visita de quase dez mil pessoas de forma gratuita, a maioria do interior de São Paulo e da cidade de Potim – sede da Orientavida.

Carvalho afirmou que não teria sido possível realizar o projeto caso não houvesse esse incentivo fiscal do governo que torna atrativo financiar cultura. Mesmo assim, ele teceu críticas sobre a burocratização maçante em todas as etapas para conseguir o financiamento.

Segundo ele em toda a exposição era possível encontrar ativações de marca das empresas patrocinadoras, em uma espécie de contrapartida ao financiamento por patrocínio ou doação. E este era só mais um detalhe dos diversos pontos da Lei Federal, que possui aspectos engessados e acaba por não permitir muita criatividade, já que

existe uma rigorosidade em relação à prestação de contas para o Estado através da SALIC (Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura), onde é necessário atualizar informações de despesas, notas fiscais e receita periodicamente.

Este tipo de burocracia acaba por afastar muitos projetos que recorrem para outros tipos de financiamento. Para o diretor da ONG, se não existisse a necessidade econômica de usar a Lei Rouanet, ele não teria se beneficiado do recurso, que o obriga a ter um trabalho extra.

A Lei Federal de Incentivo à Cultura propõe que todos os eventos sob o seu financiamento tenham um componente pedagógico. Para isso, a exposição “Mickey 90 anos” criou uma linha do tempo que mostra a evolução do personagem mais conhecido da Disney junto com o cinema e como eram utilizadas as tecnologias da época para criar animações, filmes coloridos, efeitos de profundidade, em um espaço que havia diversos pontos de interação para as crianças e adultos.

Para tornar uma experiência lúdica e pedagógica é necessário dinheiro. Caso a realização do evento fosse planejada diante das novas regras da Lei Federal, Carvalho é categórico em afirmar que seria mais difícil trazer todos os equipamentos, e até mesmo finalizar as 12 salas de exposição com um orçamento de um milhão de reais. Considerando os gastos com monitoria, seria necessário realizar cortes na exposição que acabariam por deixar a experiência em si mais pobre.

Mesmo assim, o produtor acha que grande parte dos eventos financiados via Lei Rouanet poderia se encaixar nessa nova realidade de um milhão de reais em vez de R\$60 milhões, e que o teto atenderia perfeitamente bem pelo menos 90% das iniciativas de cultura cadastradas na Lei Federal no momento.

Em contrapartida, a exposição “Mickey 90 anos” solicitou uma arrecadação de quatro milhões que, caso não tivesse sido atingido no seu total, mas tivesse pelo menos 20% do valor solicitado, já configuraria como um projeto válido para execução, independente do orçamento de 800 mil.

Levando em consideração os dados fornecidos pela organização do evento no site da SALIC, o orçamento de 800 mil não pagaria o valor gasto com cenografia, material e configuração. Na verdade, não pagaria nem mesmo a primeira nota fiscal emitida pela empresa de montagem responsável, no valor de R\$819.757,75, acumulando em despesas o valor de R\$1.285.430,00, o que já ultrapassaria o atual teto da nova Lei Federal de incentivo à cultura.

NO SENTIDO DE DEMOCRATIZAR
O ACESSO À CULTURA, A
ONG POSSIBILITOU A VISITAÇÃO DE
QUASE DEZ MIL PESSOAS DE FORMA
GRATUITA, A MAIORIA DO INTERIOR
DE SÃO PAULO E DA CIDADE DE
POTIM — SEDE DA ORIENTAVIDA.

RETRATOS DO DESCASO COM A SA

Os hospitais públicos do país, em sua maioria, não possuem estrutura adequada para atender a população. AMA's e UBS's em São Paulo não se diferem disso. Os AMA's (Assistência Médica Ambulatorial), são ambulatórios de pronto-atendimento, que prometem auxílio rápido para enfermidades menores. Já as UBS (Unidade Básica de Saúde), se diferenciam, pois, é necessário que haja agendamento das consultas previamente. Também está previsto que tenham um número certo de médicos e funcionários, no entanto, há faltas recorrentes de profissionais, o que causa inúmeras filas.

Por Sarah Catherine Camara de Seles

© Fotos: Sarah Catherine Camara de Seles



Frente da AMA Wamberto Dias da Costa fechada



A extensão da fila de agendamento



Correria das consultas



Agendamento de exames e consultas



O descaso com a população é evidente



O andar cansado



© Fotos: Sarah Catherine Camara de Seles

Local de espera para passar em consultas

Filas intermináveis na UBS



Horas seguidas na fila para agendamento

o de quem depende da saúde pública

PEC DA MORTE: (CONTRA)REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Giovanna Colossi,
Maria Clara Vieira e Raul Vitor

Bolsonaro e Paulo Guedes mentem e manipulam dados para gerar um déficit previdenciário capaz de legitimar a proposta da reforma da previdência social

O aumento contínuo da expectativa de vida ao nascer foi uma grande conquista da modernidade, ou pelo menos era esse o discurso até começarem a repetir, com expressões graves, que a população está envelhecendo e a Previdência está consumindo o pouco que sobra do orçamento curto de um país em crise.

Como uma verdadeira facção criminosa; mídias hegemônicas, governo, economistas, neoliberais e mercado financeiro vêm desde o governo Dilma implementando um discurso mentiroso, criminoso, que pinta a Previdência Social como a nova grande vilã de todos os problemas econômicos do Brasil.

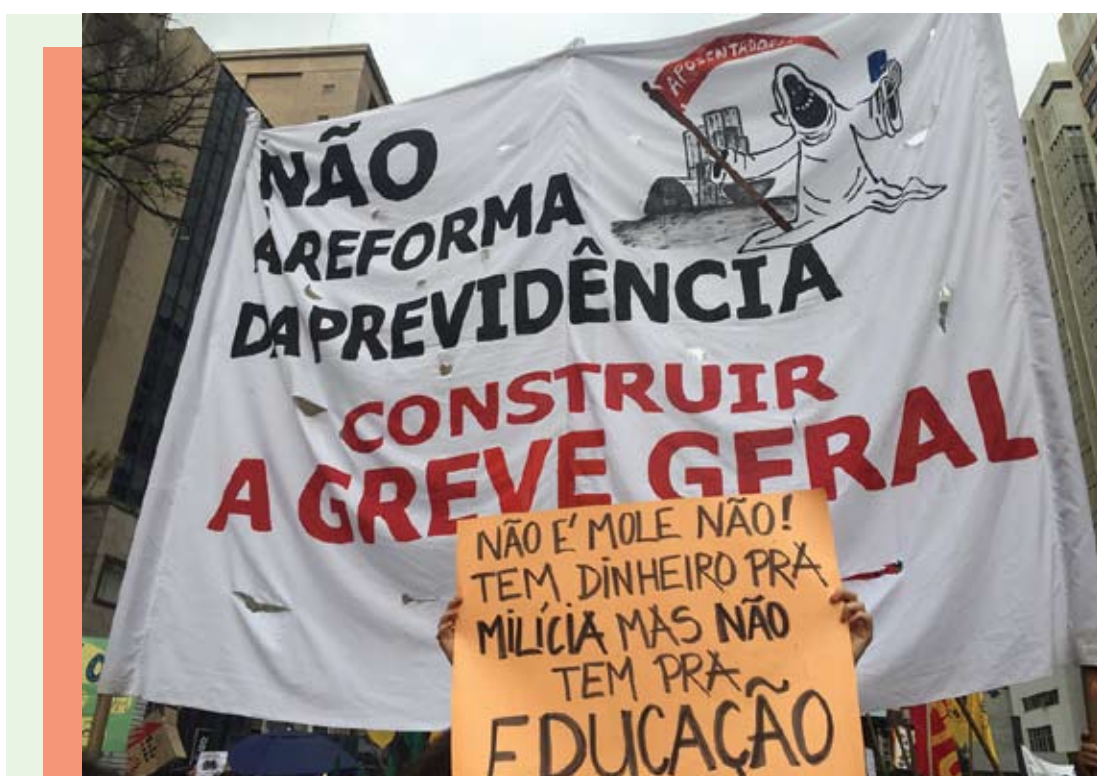
Após a instauração do golpe, o governo Temer prosseguiu com a agenda de direita e realizou a primeira proposta de Reforma da Previdência, que prosseguiu no governo Bolsonaro e teve sua primeira aprovação – na CCJ da Câmara dos Deputados – dependendo, agora, apenas de uma comissão especial para então tramitar no Plenário da Câmara e depois no Senado.

A PEC 06/2019 prevê mudanças radicais e pesadas para trabalhadores da iniciativa privada, trabalhadores rurais e de determinados servidores públicos. Militares foram inclusos na proposta, mas nada se diz sobre redução dos altos valores de aposentadoria, ou de determinação no aumento de tempo de contribuição. Também é proposto mudar a Constituição para permitir a cobrança da contribuição normal com progressividade para assim distribuir o ajuste fiscal que invariavelmente vai resultar em tributações pesadíssimas ao trabalhador.

Outra parte importante do texto é referente a idade e o tempo de contribuição para professores, para servidores com deficiência, para servidores que trabalham em condições prejudiciais à saúde e para carreiras da segurança pública (policiais e agentes penitenciários):

“A lei complementar de iniciativa federal também vai fixar os critérios para concessão dos benefícios dos servidores públicos (RPPSs), tais como o rol “taxativo”; os requisitos de elegibilidade; as regras de cálculo, de reajuste dos valores e de acumulação de aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais.” (texto retirado do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

Sem muito rococó, o que o governo propõe é a desconstitucionalização de parâmetros básicos do regime previdenciário dos servidores civis, que, a partir da aprovação da PEC, passarão a ser definidos pelo Congresso através de lei complementar, no caso, pelo mesmo Congresso que já retirou direitos na reforma trabalhista e dialoga para que a reforma da previdência realmente aconteça. Nenhum trabalhador irá dormir em paz sabendo que seu futuro é incerto e não mais garantido na Constituição.



Cartaz em manifestação contra a reforma da previdência

Outro agravante é a reformulação no financiamento da Seguridade Social. Hoje, um tripé de proteção social que configura a Saúde, Previdência e Assistência Social, pode ser desmantelado para que haja “segregação contábil do orçamento”, isto é, por mais que haja uma ampla base de financiamentos para a Seguridade – contribuição de trabalhadores ativos e patrões, COFINS, contribuição social sobre lucro líquido e renda de loterias – a PEC reforça que apenas a previdência tem caráter contributivo, desvinculada de uma política maior voltada à proteção social dos brasileiros.

Muito se fala no Bolsa Família como um dos principais argumentos contra políticas públicas, mas levando em consideração a abrangência da aposentadoria e do programa, a questão da previdência social e rural é mais impactante na vida dos brasileiros. É o maior e mais expressivo mecanismo de redistribuição de renda fundamental no combate à fome, miséria e pobreza. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a cada R\$ 1 real gasto com a Previdência, o PIB aumenta em R\$ 0,52.

Em termos da previdência rural existe um fator ainda mais significativo, como aponta uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP), por

meio da Fundação Anfip de Estudos Tributários e da Seguridade Social (FAETS), em um levantamento denominado: A Previdência Social e a Economia dos Municípios o qual revela que benefício previdenciário não se limita apenas às famílias que o recebem, ele também é de fundamental importância para a economia dos municípios do interior do país, já que hoje o benefício recebido pelo INSS supera os rendimentos advindos do trabalho.

A previdência rural corresponde a 32% da renda per capita do universo agrário, isso significa que 1/3 da capacidade de consumo da população rural vem da Previdência. Com esse dinheiro, trabalhadores acessam serviços, adquirem medicamentos, utilizam transportes públicos, apoiam a escolarização dos seus netos, compram em mercados e lojas locais e movimentam a economia regional. Sem essa contribuição ocorrerá não só a falência de pequenos municípios, mas a volta de milhões de trabalhadores do campo para a extrema miséria.

A medida provisória 871, de 18 de janeiro, que entrou em vigor automaticamente, já demonstrou o que o governo pretende com a Reforma da previdência rural. A medida transferiu de sindicatos para prefeituras a comprovação do tempo de tra-

© Giovanna Colossi

balho no campo, que será feito por meio de um cadastro nacional de informações sociais (CNIS) para segurados rurais, assumindo o fim da Declaração da Atividade Rural emitida pelos sindicatos até então. Miséris 3% dos trabalhadores rurais estão inscritos na CNIS; transferir a autoridade de dar ou não a aposentadoria para prefeituras pode gerar situações de “cabresto eleitoral” e situações de corrupção, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag).

Os trabalhadores, inclusive os rurais, terão aumento progressivo no tempo de contribuição mínimo, atingindo os 20 anos a partir de 2029. A transição é de dez anos e terá impactos nocivos não somente sobre os trabalhadores rurais, mas também a todos que estão submetidos em trabalhos informais, mulheres principalmente, que mal conseguem comprovar 15 anos de contribuição. Segundo dados publicados pelo Anuário Estático da Previdência Social, no site da Previdência, em 2017, 34% dos segurados que se aposentaram nessa modalidade acumulavam tempo de contribuição de 15 anos, e outros 31% não superaram 20 anos de contribuição.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também está sob forte ataque. A proposta separa em dois itens distintos a transferência de renda às pessoas com deficiências e idosas, e inclui a condição de miserabilidade como requisito para a obtenção do beneficiamento. No caso do benefício para a pessoa com deficiência, a proposta prevê que, caso a pessoa trabalhe, há a substituição do mesmo por um auxílio inclusão de 10% do salário mínimo.

Já o benefício para pessoa idosa (70 anos de idade ou mais, podendo ter um valor menor para pessoas com idade inferior) em condição de miserabilidade passa a ser de um salário. Só poderá ter acesso se o beneficiado não tiver ajuda de outras assistências e nem um patrimônio superior a R\$ 98 mil.

As mudanças atingem aqueles que se aposentaram a partir da aprovação da reforma. Para quem já está recebendo os benefícios, não haverá nenhuma alteração. Pessoas próximas de completar o período necessário para se aposentar nos moldes vigentes podem aguardar a nova previdência.

Outra das principais mudanças é a alteração da idade mínima para aposentadoria: 65 anos para os homens, e 62 anos para as mulheres, de forma gradativa. O projeto também prevê um tempo mínimo de contribuição. Esse período, chamado de carência, será de 20 anos e não mais de 15, como vigente atualmente.

Além disso, o cálculo da aposentadoria terá uma regra só para os trabalhadores, seja ele da iniciativa privada ou servidor. O valor da aposentadoria será de 60% da média salarial – na aposentadoria atual é 85% – mais 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos. Com isso, a aposentadoria integral só será possível aos 40 anos de contribuição.

Segundo uma pesquisa realizada pela ICN-Ibope, 59% da população acredita que seja necessário realizar uma reforma na previdência. Porém, dentre os que de fato conhecem a proposta apresentada pelo governo, 51% são contrários ao projeto.

Mesmo assim, as pessoas ainda contam com a aposentadoria pública, como demonstra a uma pesquisa do Datafolha, que apontou que 38% dos entrevistados aplicam em poupança ou outros investimentos, e somente 10% têm planos de previdência privada.

A promessa de que as alterações devem trazer impacto de 1 trilhão em 10 anos, segundo

cálculos do Ministério da Economia, não cola quando destrinchamos as outras maneiras possíveis de arrecadar este dinheiro.

Parece simples: ajustar as contas para conter o déficit previdenciário, que chega a ocupar mais de 50% do orçamento federal, mas não é bem assim. Existe um projeto por trás da reforma, que pretende alterar as bases estruturais da Constituição de 1988, sem que ocorra um debate com a sociedade.

Não é em vão, que o governo se utiliza do terrorismo financeiro e econômico, para forçar a aprovação social da reforma. Caso ela não seja aprovada, o Brasil irá ruir. Como de costume, o país encontra-se refém dos bancos e de sua elite financeira. Devido a isso, o ‘complô’ entre os afortunados e o governo, é intermediado pelo ultraliberal, Paulo Guedes.

O mercado financeiro quer a implementação do sistema de capitalização e, para que isso ocorra, o governo irá retirar da Constituição todas as regras do Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). O sistema de capitalização, na prática, não funciona. Basta se atentar a outros países, que fizeram essa transição. O exemplo mais próximo de nós, é o Chile, que possui, segundo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) do país, o maior índice de suicídio entre idosos da América Latina.

Déficit Previdenciário, será?

Um dos argumentos mais utilizados pelos apoiadores da nova reforma e repercutidos pela mídia hegemônica brasileira é de que existe um enorme rombo previdenciário, que ocupa grande parte do orçamento federal e não abre margem para o governo ampliar seus investimentos.

O déficit existe, mas não existia alguns anos atrás. Segundo o relatório apresentado pela ANFIP, entre 2005 e 2015 a seguridade social do país foi superavitária. Os cálculos do governo em nenhum momento mencionam a DRU (Desvinculação de Receitas da União), um mecanismo jurídico e fiscal criado no governo FHC que permite o Estado tirar dinheiro da Seguridade para cobrir gastos financeiros, mas conhecidos como dívida pública.

A superavitária Seguridade Social teve 20% da sua arrecadação redistribuída durante todo o governo FHC, Lula e Dilma. No governo Temer, a fatia de retirada aumentou para 30%. O resguardo social, que apresentou lucros durante 20 anos consecutivos, só passou a ser deficitária em 2016. Isso se explica pelo aprofundamento da crise econômica enfrentada pelo país a partir de 2015. Quanto maior o desemprego, menor a arrecadação previdenciária, pois as pessoas deixam de contribuir. O governo de forma leviana não comenta que, ainda sim, contribuímos de forma indireta.

No Brasil, cerca de 70% da carga tributária incide sobre salários e consumo. Um trabalhador que recebe até dois salários mínimos pode ter até 50% da sua renda paga em tributos sobre consumo, alimento, energia; entre esses tributos, estão impostos que geram receita para a Seguridade Social.

O discurso, que demoniza o déficit, é exagerado. A série histórica da seguridade social apresenta, em média, um superávit de 50 bilhões de reais e mostra a necessidade de reforçar esta política pública. O desemprego, que cresce constantemente no país, como um fator de risco à economia brasileira, deve ser combatido.

Isenções Fiscais e Privilégios da Previdência precisam ser reformados

O equilíbrio das contas públicas pode ser alcançado sem cortar direitos dos trabalhadores. Dentre os R\$ 1,165 trilhão que o governo pretende economizar em 10 anos, R\$ 715 bilhões serão atingidos a partir de cortes nos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos inscritos no Regime de Previdência Social (RGPS).

Uma saída para o Brasil não “quebrar”, é a revisão das isenções fiscais. Em média, o governo deixa de arrecadar cerca de 20% de suas receitas por ano. Em 2019, as isenções previstas no orçamento federal atingem R\$ 376 bilhões, o que significa, aproximadamente, 4 anos da suposta economia pretendida por Paulo Guedes.

Uma alternativa ao caos seria combater a sonegação de impostos. Segundo o Sonegômetro, ferramenta que computa a sonegação de impostos no país, em 2017, o Brasil deixou de arrecadar R\$ 500 bilhões em sonegações fiscais. Mais 5 anos de economia pretendida com a reforma.

A mamata tem que acabar, mas tem que acabar para aqueles que recebem privilégios na aposentadoria - que estão justamente nos setores judiciários, setores públicos de esfera federal, militares, ex-prefeitos. Um juiz recebe em média R\$ 16 mil reais de aposentadoria, um trabalhador recebe menos de 2 salários mínimos. Militares brasileiros entram na reserva em média com 45 anos; o presidente Jair Bolsonaro se aposentou com 33 anos de idade e 15 anos de serviço prestado. Desde então recebe uma aposentadoria 63% acima do teto do INSS.

Esta proposta perversa vê a previdência como uma empresa capitalista que se pauta por critérios de lucratividade. É uma proposta criminosa que pretende jogar milhões para baixo da linha da pobreza, na extrema miséria. É uma proposta de consequências gravíssimas para as futuras gerações e que deve ser parada e desmascarada.

A capitalização no Chile

Em 1981 o Chile entrava na última década de sua ditadura (1973-1990), e estava prestes a aderir ao sistema de capitalização previdenciária. O país foi pioneiro ao privatizar sua Previdência. Até então, a prática era encontrada apenas em livros e o país foi uma espécie de cobaia nesse quesito. Hoje, temos uma dimensão maior das consequências advindas da implementação desse sistema.

No Chile, o problema encontra-se no retorno do benefício, que se apresenta baixo. Segundo a Fundação Sol, em 2017 cerca de 90% dos aposentados recebiam 149.435 pesos, aproximadamente R\$ 694 reais, enquanto o salário mínimo chileno era de 264.000 pesos, ou seja, R\$ 1.226 aproximadamente.

Quase o total de beneficiários do programa recebe menos que o teto do salário mínimo chileno. Esse problema é tido como um dos fatores para o índice de suicídio entre idosos no país ser o maior da América Latina.

VAMOS FALAR SOBRE DAMARES ALVES

Por Anna Baisi

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, ao longo dos cinco meses de gestão, acumulou bastante discussões e se tornou uma das figuras mais controversas do atual governo. Ela é uma das cabeças da rede nacional em defesa da vida e da família, que tem como uma das principais bandeiras a manutenção do aborto como crime.

Damares Alves é a atual ministra de um cargo importante representado no governo Bolsonaro, um órgão que trata de promover os direitos humanos no Brasil, englobando a formulação de políticas, com ações voltadas aos direitos da família, e a defesa dos direitos da cidadania, das com pessoas deficiência, dos negros e das mulheres a fim de assegurar a inclusão de todos na sociedade.

Mulher, mãe, educadora, advogada de formação, Damares operava como pastora evangélica e assessora parlamentar do senador Magno Malta, um dos articuladores da campanha do presidente Bolsonaro.

Histórico

Nascida no Paraná, Damares se mudou com a família para o Nordeste. Ainda criança, viveu em três regiões diferentes: Bahia, Sergipe e Alagoas. Também morou em São Carlos, no interior paulista. Essas mudanças estão ligadas à profissão do pai, vinculado à Igreja Quadrangular.

Foi coordenadora do projeto educacional Programa Proteger, organização criada por Guilherme Zanina Schelb, procurador regional da República no Distrito Federal, conhecido por defender o projeto Escola Sem Partido e também membro da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (organização da qual Damares foi Diretora de Assuntos Parlamentares).

A partir de 2013, Damares tem se apresentado como advogada e mestra em educação, direito constitucional e direito de família, embora jamais tenha recebido título de mestrado e esteja suspensa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A ministra relatou ter sido abusada por dois pastores quando criança. Em entrevista à *Universa*, do portal Uol, ela contou detalhes sobre os abusos, falou que tentava dar "sinais" do que estava acontecendo, mas que ninguém notava.

"Fui abusada por dois religiosos. Da primeira vez, foi um missionário da igreja evangélica que frequentávamos na época, em Aracaju. Foram várias vezes em um período de dois anos. Começou quando eu tinha seis anos e a última vez que o vi estava com oito (...) O segundo não foi às vias de fato. Me recordo de quatro momentos. Passava a mão no meu corpo, me beijava na boca, me colocava no colo. Uma vez ejaculou no meu rosto", revelou Damares.

Ela diz ter se tornado uma criança introvertida depois dos abusos. "Me tornei uma menina triste. Antes dos abusos eu sentava no primeiro banco da igreja, cantava feliz, dançava. Depois, não cantava do mesmo jeito, não dançava. Virei uma criança retraída. Tinha pesadelos e gritava de noite", contou.

Ministra do governo Bolsonaro coleciona em poucos meses de mandato discursos polêmicos e declarações controversas



© Sérgio Lima/APP

Posicionamentos

Logo no começo do governo Jair Bolsonaro, no mês de janeiro, circulou um vídeo em que Damares menciona sobre uma "nova era", na qual "menino veste azul e menina veste rosa". Segundo ela, foi uma metáfora sobre a ideologia de gênero.

Em uma outra ocasião, ela já falou contra o movimento feminista brasileiro e contra uma suposta ideologia de gênero ensinada nas escolas. Ainda como pastora, chegou a afirmar que o Brasil vivia uma "ditadura gay" e que a Igreja perdeu espaço para a ciência quando deixou a teoria da evolução entrar nas escolas.

A ministra já fez declarações controversas: "Me preocupo com a ausência da mulher de casa. Hoje a mulher tem estado muito fora de casa. Costumo brincar como eu gostaria de estar em casa toda a tarde, numa rede, e meu marido ralando muito, muito, muito para me sustentar e me encher de jóias e presentes. Esse seria o padrão ideal da sociedade", – entrevista realizada pelo jornal *O Globo*, no dia das mulheres de 2018.

Depois do anúncio do cargo como ministra, Damares afirmou que a prioridade na pasta vai ser a ação de políticas públicas, que não tem chegado as mulheres, com foco em mulheres ribeirinhas, pescadoras, catadoras de siri, quebradoras de coco. "Essas mulheres que estão anônimas e invisíveis virão para o protagonismo nesta pasta". Ela afirmou que "nenhum homem vai ganhar mais que uma mulher quando os dois exercerem a mesma função". Falou também que deseja construir um governo de paz com todos os setores da sociedade, incluindo o movimento LGBTQI.

Damares expôs "ser a favor da vida". Quando questionada sobre o direito ao aborto, disse ser completamente contra. A declaração dela prossegue: "a legislação que está aí já contempla os cargos previstos. Eu acredito que isso é um tema do congresso nacional. A legislação não precisa ser alterada".

Católicas pelo Direito de Decidir

Um movimento político de cunho internacional que se articula em organizações não governamentais em 12 países pelo mundo, Católicas pelo Direito de Decidir, trabalha para provocar mudanças na cultura, de modo que desconstrua a mentalidade conservadora e preconceituosa que impede os avanços nos direitos humanos voltado para as mulheres.

O movimento luta a favor da legalização do aborto, ao contrário de Damares Alves, o que espera é garantir condições de segurança e saúde quando uma mulher chega a abortar. Os países que implementaram essa lei, como, por exemplo, o Uruguai, mostram em suas estatísticas uma queda significativa nos índices de morte materna e número de abortos.

Em maio de 2019, a ministra expressou angústia com os números da violência contra a mulher. Ao citar que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil, Damares afirmou, como ministra da área, que está desesperada com os dados encontrados. "Não dá mais para suportar os números de violência contra a mulher", fala. No entanto, mesmo ao se dizer aflita, ela também afirmou acreditar no avanço do tema: "Os números nos assustam, mas estamos construindo uma nova nação. Estamos sonhando com uma nação que a mulher será protegida".

Entretanto, o movimento social "Católicas pelo Direito de Decidir" diz que "os ativistas conservadores não hesitam em utilizar discursos religiosos que possam legitimar e normatizar comportamentos desde uma perspectiva ligada à moral sexual tradicional".

Dessa forma, para que as políticas públicas que protegem a mulher evoluam é necessário mais investimento em segurança e saúde, independente da religião, ainda mais pelo fato de o Estado brasileiro ser laico. Que Damares Alves, que usufrui de um cargo importante, faça seu papel como ministra em garantir a defesa e proteção aos direitos dos cidadãos, das mulheres e da família.

FEIRA NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA SOFRE ENTRAVES

Por Beatriz de Oliveira

Quarta edição da feira organizada pelo MST aconteceria em maio, mas governo Dória vetou uso do Parque da Água Branca

Em 2015, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra promoveu a primeira Feira Nacional da Reforma Agrária, no Parque da Água Branca, em São Paulo. Foram comercializadas toneladas de alimentos e produtos naturais de assentamentos. O evento desde então conta com a presença de agricultores de todo o Brasil, que viajam horas e horas a fim de participar do movimento e tem o potencial de aproximar o campo e a cidade, trazendo a bandeira de um modo de vida saudável com alimentos a preços acessíveis.

A Feira nos dois últimos anos ocorreu no mês de maio, durante quatro dias. Contudo, neste ano de 2019, em que estaria em sua quarta edição, o governo de São Paulo, comandado por João Dória, vetou esse acontecimento no parque localizado na Avenida Francisco Matarazzo. Representantes do MST relataram ao **Contraponto** que a justificativa utilizada foi a de que o parque não suporta a quantidade de pessoas que participariam. No ano passado, aproximadamente 260 mil pessoas passaram pelo local, e o comércio movimentou mais de 400 toneladas de produtos. A decisão obrigou a direção do evento a adiar a feira para o mês de agosto.

Em 17 de abril o MST realizou um ato no Parque da Água Branca com o objetivo de que a feira ocorra no local. A data é simbólica, recorda o Massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido em 1996. O episódio aconteceu no sul do Pará, no qual a polícia militar matou dezenove trabalhadores rurais sem terra.

O ato contou com representantes políticos e organizações favoráveis aos objetivos da feira, como é o caso do Instituto Chão, associação sem fins lucrativos localizada na Vila Madalena que comercializa produtos sustentáveis expondo os preços de compra. Os gastos do instituto são expostos em um quadro, e o consumidor é convidado a contribuir com o projeto. Dito isso, a fala de uma das organizadoras desse comércio girou em torno da mensagem que a feira passa, de que é possível aderir à sustentabilidade e que ela deve ser divulgada para a população em geral, que em sua maioria desconhece os danos gerados pelo agronegócio e não tem conhecimento sobre iniciativas como a dela.

Discursou-se também sobre o porquê da insistência de que o evento continue a ser realizado em tal localidade. O Parque da Água Branca é conhecido por ações de feiras orgânicas (que ocorrem toda semana) e outras atividades que incentivam a sustentabilidade. Seu público, contudo, é preenchido majoritariamente por pessoas de classe média, que residem nas proximidades do espaço. A Feira Nacional da Reforma Agrária se coloca portanto como agente ressignificador do parque, ao concentrar cidadãos de toda a capital, e de classes mais baixas, para participar do movimento. Tal ação incentiva que esse público frequente o parque ao longo de todo ano, potencializando a diversidade no ambiente público.

O MST está organizado em todas as regiões do país, através da luta promovida pelo movimento cerca de 350 mil famílias têm acesso à terra. Estruturam-se de maneira participativa e democrática, cada assentamento e

acampamento dispõe de núcleos que discutem suas necessidades. O movimento foi fundado em 1984 durante o 1º Encontro Nacional, no Paraná e reuniu trabalhadores rurais que protagonizavam lutas pela democracia da terra e da sociedade há anos. Os objetivos principais eram lutar pelo direito à terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais.

Entende-se, portanto, que a reforma agrária está presente desde a criação do movimento e vem de ações anteriores a ele. As feiras regionais e a feira nacional pela reforma agrária permitem ascender a discussão sobre esse tema, que atualmente não é pauta no governo do país. Como consta no Estatuto da Terra, Lei nº 4504/64 do ano de 1964, a expressão diz respeito ao “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. O documento indica ao Poder Público o dever de promover acesso às terras

economicamente úteis ao trabalhador rural, e de zelar pela função social das propriedades.

O Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária afirma que mais de um milhão de famílias já foram assentadas desde o início do programa em 1970. Em 1º de janeiro de 2019, marcado pelo início do mandato do presidente Jair Bolsonaro, foi publicada a Medida Provisória 870/2019, que descreve a organização básica dos ministérios e órgãos do governo. Com a medida o Incra passa a ser vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que a partir da data tem como uma das competências promover a “reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas”. A medida afetou também a Funai (Fundação Nacional do Índio), que passou a não ser mais responsável pela demarcação de terras indígenas, sendo transferida do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Em 2017, a II Feira Nacional da Reforma Agrária contou com apresentações de artistas e grupos como: Emicida, Chico César, Tico Santa Cruz e Slam da Guilhermina. Hou-

veram seminários sobre agrotóxicos e transgênicos, agroecologia e reforma agrária, políticas públicas de comercialização para o campo, aumento da pobreza no Brasil, sistema único de saúde etc. Além de espaços literários e apresentações teatrais.

A terceira edição, em 2018, contou com sete seminários, com temáticas como agrobiodiversidade e genocídio negro. Houve a presença de artistas como Ana Cañas, Otto, Ilê Aiyê e Martinho da Vila. Além de contação de histórias e apresentações de dança. Ambas edições tiveram uma conferência sobre alimentação saudável – um direito de todos e todas. Contando ainda com estandes vendendo comidas típicas de estados de todas as regiões do país. Lutas e sabores brasileiros em um parque de São Paulo.



Estandes de comidas típicas de estados do Brasil



Ato reivindica que o Parque da Água Branca seja liberado para sediar a feira

APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E ISRAEL ELEVA O DEBATE SOBRE O CONFLITO

Por Beatriz de Oliveira
e Daniel Gateno

Pouco faladas anteriormente, as comunidades judaicas e palestinas se mostram mais visíveis em um dos assuntos mais polêmicos da política externa brasileira

O conflito por território entre Israel e Palestina, motivado por razões religiosas e históricas, tem se estendido por muitos anos, acumulando vítimas e destruições, e ainda sem perspectivas de resolução. Tal cenário faz com que palestinos busquem viver em outros países porque apesar da ONU reconhecer o Estado Palestino com o status de "observador", isso não ajuda efetivamente. O Brasil se tornou o lar de milhares de palestinos, que trazem sua cultura, e se organizam junto a brasileiros para discutir e tomar ações sobre sua luta.

O documentário *A Palestina Brasileira*, do diretor Omar Luiz de Barros Filho, filmado no sul do Brasil e no Oriente Médio conta a história de seis famílias palestinas que vivem no país. O curta aborda questões como preservação de identidade e percepções sobre o atual conflito político de seu país de origem. Os anseios e sonhos dessas famílias se expandem por todos os imigrantes e refugiados palestinos, e a partir disso a sociedade abre espaços para falar sobre o assunto.

O Instituto Brasil-Israel (IBI) é um desses espaços. Fundado em 2016, se dedica a difundir notícias e análises sobre temas relacionados a Israel, Oriente Médio e as relações do Brasil na região; além de oferecer palestras, cursos e seminários. A instituição aposta no diálogo como ferramenta de contribuição para a instauração da paz "Acreditamos, pois, que um diálogo aberto e sadio em Israel e nas diásporas árabes, palestinas e judaicas, possa contribuir para a solução do conflito e a paz entre os povos".

A Casa do Povo promoveu uma homenagem ao escritor israelense Amós Oz, ícone da luta pelo diálogo e paz em Israel e famoso ensaísta sobre a questão do fanatismo. O evento teve a presença de diversos acadêmicos e jornalistas como João Paulo Charleaux do Nexo e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Michel Gherman. Charleaux destacou o caráter militante de Oz e a forma como ele lidava com o conflito Israel-Palestina: "apenas os fanáticos alimentam certezas".

A Casa do Povo é uma instituição criada em 1953 no bairro do Bom Retiro em São Paulo no intuito de ser um centro cultural para memória e convivência da comunidade judaica. A maioria dos frequentadores era composta por judeus europeus, refugiados de guerra que queriam manter suas tradições, com aulas de Iddish, língua falada por judeus da Europa oriental e tinham posições políticas progressistas. O espaço tinha como objetivo homenagear os que morreram nos campos de concentração nazistas e lutar contra o fascismo no Brasil.

Atualmente a instituição não é habitada apenas por judeus, mas sim por diversas etnias que encontraram lá um lugar em que poderiam ter voz. A comunidade boliviana e coreana, famosas por serem numerosas na região possuem rádios e jornais no intuito de ter uma interlocução com sua cultura e língua.



© Reprodução

O conflito entre Israel e Palestina já dura mais de 100 anos

O Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro Ministro israelense Benjamin Netanyahu durante encontro em Jerusalém



© Reprodução

Em entrevista à *Folha de S. Paulo* o diretor executivo da Casa do Povo Benjamin Seroussi afirma que o retrato da comunidade judaica brasileira, taxada de ser de direita, rica e apoiadora do Presidente Jair Bolsonaro não é totalmente coerente com a realidade: "o Bolsonaro questionava o assassinato do Jornalista judeu Vladimir Herzog durante a ditadura, o grupo Judeus pela Democracia chamou uma caminhada para a véspera do aniversário da morte, ocorrida em 1975, a caminhada começou na Casa do Povo".

No entanto, diante dos sofrimentos e injustiças já vivenciados, alguns desacreditam na possibilidade de diálogo. Em entrevista ao **Contraponto** Mohamad Sami El Kadri, presidente da Associação Islâmica de São Paulo, afirma "Diante de toda a política adotada nas últimas décadas por Israel são claras demonstrações de que o diálogo não será mais uma opção. (...) Por isso no meu entender a única solução viável aos palestinos se torna a luta armada contra a ocupação sionista da Palestina. Retomar a luta armada em toda a Palestina é a única solução imposta ao povo Palestino". El Kadri critica também a postura favorável à Israel adotada pelo governo do americano Donald Trump como um dos fatores que contribuíram para a impossibilidade de um diálogo por paz. Somam-se a isso ações do governo israelense, como a tomada de terras palestinas e o processo de eleições em que Netanyahu prometeu anexar partes da Cisjordânia, fatos que segundo o presidente da Associação "demonstram o objetivo de acabar

com qualquer expectativa de solução pacífica e de acordos para o fim do conflito".

Mohamed foi candidato a deputado estadual, não eleito, nas eleições de 2018. Tendo como bandeira a militância contra intolerância religiosa e pelos Direitos do Povo. Sobre o Estado Palestino ele critica a falta de ações para que esse seja de fato reconhecido "A ONU e a comunidade internacional não tomam uma ação concreta para efetivar este reconhecimento". Comenta também sobre a posição do Brasil no conflito, que historicamente adotou uma postura a favor da causa Palestina e "em vários momentos até se colocou como possível mediador do conflito". Contudo o novo governo, de Jair Bolsonaro, mudou o posicionamento nesta política externa, "O atual governo além de receber um assassino internacionalmente reconhecido como Netanyahu, colocou o governo a disposição do sionismo. A visita de Bolsonaro a Israel e sua promessa de mudança da embaixada do Brasil para Jerusalém fere toda a tradição da política externa brasileira, além de que a influência sionista neste governo se comprova pelas nomeações em cargos de crucial importância nas decisões do governo".

Em entrevista ao portal G1 o embaixador da Palestina no Brasil Ibrahim Alzeben defendeu que o Brasil não se envolva no conflito Israel-Palestina: "se me permite, este conflito não é do Brasil. Vamos manter boas relações com o Brasil e desejamos ao Brasil o melhor. Fiquem longe deste conflito e vocês ganharão o mundo inteiro".

EXTREMA DIREITA CRESCE NA EUROPA EM MEIO A POLÊMICAS COM A RÚSSIA

Por Daniel Gateno

A crescente popularidade da extrema-direita na Europa pode ser explicada por diversos fatores, como a crise migratória, baixos índices econômicos e um *status-quo* político-social representado pela União Europeia.

O bloco econômico, que tem seus bastiões na parceria entre Alemanha e França, sofreu uma derrota considerável com o chamado *brexit*, nome usado para se referir a saída do Reino Unido da União Europeia, que ainda não se concretizou em sua totalidade.

No lado totalmente oposto, ao da integração europeia está a Rússia. Segundo o artigo publicado no jornal americano, *The New York Times*, os russos espalharam *fake News*, para prejudicar a União Europeia e a Organização para o Tratado do Atlântico Norte-OTAN: "teorias da conspiração não param de surgir, entre as quais a de que o incêndio da Catedral de Notre Dame, foi obra de terroristas islâmicos, de um serviço de espionagem ou de uma conspiração por parte da elite que governa o mundo secretamente".

"O objetivo é maior do que uma dada eleição" afirmou Daniel Jones, antigo analista do Serviço Federal de Investigações americano (FBI). "É dividir, aumentar a desconfiança e solapar constantemente nossa fé nas instituições e na democracia. Eles estão trabalhando para destruir tudo aquilo que foi construído desde a segunda guerra mundial".

A Rússia, governada por Vladimir Putin, sempre tentou dividir o continente Europeu. A recente ligação dos russos com a extrema-direita, de diversos países europeus, é nítida e ajudou a formar uma rede de desinformação na Europa, que é contra o ocidente e a União Europeia.

O site Katehon, que possui conteúdos de orientação ultradireita, é patrocinado pelo magnata russo, Konstantin Malofeev e tem em seu time de colunistas, a membra do partido de extrema direita espanhol VOX, Inma Sequí. Além disso, o portal também divulga diversas *fake News*, como o envolvimento da então candidata democrata das eleições americanas de 2016, Hilary Clinton, em diversos assassinatos nos Estados Unidos.

Em entrevista ao **Contraponto**, para o professor de Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Gustavo de Oliveira, a Rússia sempre foi um país protagonista dentro da geopolítica europeia: "a segunda guerra mundial provou que Moscou, se transformou em um projeto expansionista, territorial e civilizatório. Após o fim da União Soviética, a Rússia continuou com esse projeto nacionalista com base na figura de Vladimir Putin".

Gustavo acrescenta, que a anexação russa da região da Crimeia, que antes era controlada pela Ucrânia, foi um exemplo do projeto geopolítico russo: "Moscou teve enormes ganhos financeiros no setor energético e anexou uma região que antes era dominada por um país considerado ocidental".

Segundo artigo do jornal *Folha de S. Paulo*, a anexação da Crimeia prejudicou a economia de Kiev, que perdeu 80% de sua matriz produtora

Os líderes nacionalistas europeus são símbolos da quebra do chamado status-quo ocidental



© Reprodução

Eleições para o parlamento europeu ocorreram no último dia 26 de maio

de gás natural e diminuiu seu PIB (Produtor Interno Bruto) em 17%, desde o início do empasse territorial entre Ucrânia e Rússia.

De acordo com o vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, o presidente russo quer enfraquecer as instituições europeias para ganhar mais poder: "uma Europa dividida significa que Putin é o chefe".

Os líderes nacionalistas europeus são símbolos da quebra do chamado *status-quo* ocidental. A retórica deste grupo vem à tona, como uma resposta à recessão econômica de diversos países como Grécia, Portugal e França e o aumento da crise migratória, oriunda de conflitos políticos e guerras na África e no Oriente Médio.

Em 2015, o Primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, ergueu uma cerca de arame farpado na divisa das fronteiras húngaras com a Croácia e a Sérvia, no intuito de diminuir os pedidos de asilo para Budapeste. Orbán se espelha em Putin e elogiou a Rússia diversas vezes citando Moscou, como modelo de "estado não liberal".

Budapeste assinou, em 2014, um acordo de empréstimo com os russos para financiar um aumento nas operações da única usina nuclear húngara. O premiê húngaro, expressa sua sintonia com Vladimir Putin na maneira como restringe a democracia em seu país: ele aprovou, com a ajuda do congresso, um sistema judicial paralelo que aumenta o poder do executivo.

Segundo o analista Péter Kréko, do Instituto Capital Político de Budapeste, Orbán tenta minar todas as instituições que possam ter oposição a ele: "seu ataque à sociedade civil chega sob disfarce de leis que subvertem as instituições que podem desafiar a sua autoridade".

Espanha

Em abril, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) ganhou o terceiro pleito realizado na Espanha, nos últimos quatro anos. Os socialistas terão que fazer alianças com partidos de centro, ou até com os independentistas catalães. O VOX, partido de extrema direita espanhol, liderado por Santiago Abascal, conseguiu 24 lugares no congresso, mas não entrará na base governista.

Com um slogan nacionalista, "fazer a Espanha grande outra vez", o VOX veio com a já conhecida proposta de quebrar o *status-quo* dos tradicionais partidos políticos espanhóis. A tática da desinformação por meio de sites, como o portal Katehon, é rotineira e o uso das redes sociais, também. Abascal e outros membros do partido, inflamam as redes sociais com bordões nacionalistas e convocações para protestos da direita.

Segundo reportagem especial do jornal *El País*, o VOX surgiu pela ineficiência espanhola em lidar com os conflitos regionais do país.

“Abascal, ex-membro do Partido Popular (PP, de centro-direita), é natural do País Basco. Seu pai, também político do PP, era amplamente conhecido como alvo do ETA, o grupo terrorista basco. Por essa razão, afirma ter uma pistola Smith & Wesson consigo o tempo todo, um hábito inusual na Espanha que fez com que ganhasse o carinho de uma pequena minoria de proprietários de armas. No entanto, a crise da secessão catalã, iniciada em 2017, foi o que colocou o Vox no centro da política espanhola. José María Aznar, ex-presidente do Governo de centro-direita, me disse que o Vox era “uma consequência da inação do Governo durante o golpe de Estado da Catalunha”, e quase todos com quem falei em Madri disseram mais ou menos o mesmo”

O professor Gustavo de Oliveira, relaciona a popularidade do VOX, com o descontentamento da classe média espanhola, principalmente nas pequenas cidades e vilarejos: “o VOX faz uma grande oposição a temas globais como o feminismo, casamento igualitário e imigração, além do direito à posse de armas e à caça, pautas que são claras do pequeno e médio produtor rural”.

Coletes Amarelos

Os chamados “coletes amarelos”, são um movimento francês heterogêneo e sem líderes como figuras principais. As manifestações começaram em novembro de 2018 com o intuito de protestar contra o aumento de impostos sobre combustíveis. Somam-se as pautas do movimento questões relacionadas ao salário mínimo, imigração, indústria, taxação de grandes fortunas e até à renúncia do presidente francês Emmanuel Macron.

O preço da gasolina subiu 23%, em um esforço do governo francês de reduzir o uso de combustíveis fósseis, por razões ambientais. Porém, os franceses que moram nas periferias e cidades na região de Paris precisam do carro para poder trabalhar e pouco se interessam por questões ambientais.

A falta de líderes no movimento, assim como a recusa dos “coletes amarelos” de se relacionar com organizações partidárias e sindicatos fez com que a extrema-direita e a extrema-esquerda, ambas derrotadas por Macron, nas eleições executivas de 2017, tirassem proveito dos protestos.

A líder da extrema direita, Marine Le Pen e o líder da coligação de esquerda França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon, apoiaram os “coletes amarelos” afirmando que eles representam uma manifestação antissistema e um “movimento de uma classe popular esquecida pela globalização”.

Gustavo de Oliveira acredita que os “coletes amarelos” representam uma política antissistema e não necessariamente um movimento de extrema direita ou extrema esquerda: “o movimento quer quebrar o status-quo francês e tudo que o Macron representa, desde a integração europeia, que ele tanto defende ao lado da Merkel (chanceler alemã) até as questões globais, que segundo os manifestantes, estão se sobrepondo sobre as questões francesas, como o aumento do preço da gasolina por motivos ambientais”.

A heterogeneidade do movimento, fez com que manifestações antissemitas aparecessem em meio aos protestos na França. O filósofo francês, de origem judaica, Alain Finkielkraut foi chamado de “sionista sujo”, por protestantes que vestiam coletes amarelos enquanto caminhava



O estrategista político americano, Steve Bannon e o deputado Federal, Eduardo Bolsonaro (PSL)

Coletes amarelos iniciaram uma série de grandes manifestações na França



por Paris. Além disso, um restaurante de uma famosa rede de estabelecimentos de bagel, tradicional comida judaica, foi pichada com a palavra de origem alemã juden, que significa judeu em tradução literal.

A extrema direita europeia e Bolsonaro

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro demonstrou interesse em construir uma relação próxima com setores da extrema direita europeia. O encontro de seu filho, Deputado Federal, Eduardo Bolsonaro (PSL) com o estrategista político, conservador americano, Steve Bannon, retrata essa aproximação.

Além disso, Eduardo irá viajar para a Hungria e Itália, no intuito de formar um bloco

chamado Movimento, iniciativa conservadora de líderes da extrema direita mundial.

Viktor Orbán elogiou Bolsonaro durante a posse do brasileiro, afirmando que o Brasil tem uma grande democracia cristã: “a definição mais adequada de democracia cristã moderna pode ser encontrada no Brasil, não na Europa”.

O presidente do Brasil representa o chamado populismo de direita, que segundo o professor de relações internacionais da PUC-SP, Carlos Gustavo Poggio, tem uma linguagem considerada “grosseira”, característica de Bolsonaro: “existe um aspecto sociocultural no populismo de esquerda e de direita que tem a ver com essa linguagem considerada pouco polida, muitas vezes grosseira”.

POESIA ARMADA

Eis a frieza a nova ordem mundial?
Artistas vivos ou mortos são o prato principal.
Tomem partido e carreguem suas munições!
É Guerra declarada contra os corações.

The new tendency é 1, 2, 3.
Mas esqueceram que sem A, B, C não se fala inglês.
Silenciem a ameaça!
São os tais cantores no sarau da praça.

Os usuários de estudo também vão se dar mal.
Traficando o saber em plena Universidade Federal?
Acabem com a baubúrdia dessas facções!
Quem diria, o pensar banido das tradições.

"Penso, logo existo" fora, em tempos, sensatez.
Carentes princípios de Descartes, caminhando para a escassez.
Não questione, apenas faça!
Sem filosofia o mundo não tem graça.

Pobre Durkheim dizia que toda sociedade é moral.
Mas de que valem suas ideias, se o moralismo as tornou banal?
Fujam desta doutrinação!
Sem sociologia, resta a alienação.

Então vamos à praça e afiemos as palavras!
Adotemos como escudo a filosofia, e de livros vamos nos armar.
Cultivando rosas e rimas.
É só lutando que nos permitiremos pensar.

Luíse Goulart Duarte



© Reprodução

SÓ SEI QUE NADA SEI

De muito saber
Eu já não sei
E sei que eu não sei
Por muito saber

Tudo bem não saber
E eu sei disso
Porque um dia
Dois dias
Três dias
Não soube

Soube só que continuaria aqui
E continuei
Mas, não sabia dos outros dias
E, ainda assim, continuei
Porque também não sabia

Eu não deixo de viver
Porque eu não sei
É por não saber
Que eu continuo

Mesmo que eu continue
E eu saiba
Eu não vou saber
Não sei de nada

Não sei de nada que eu sei
E do que eu não sei
Sabemos disso
Por isso continuamos
E a vida é um contínuo não saber

Anna Baisi

INSPIRAÇÃO, TRANSPIRAÇÃO

Dizia Otto Lara Resende “É preciso despiorar”, e geralmente é mesmo

Por Matheus Lopes Quirino

Certa vez a mulher do psicanalista Hélio Pellegrino, Maria Urbana, disse a Fernando Sabino que tentou contar a uma amiga uma história sua e não conseguiu. Atabafada, foi-se em busca do respectivo livro de contos para ler a história. E não havia outro jeito de contar aquilo senão daquele lá escrito. E Sabino – o autor do romance *O Encontro Marcado*, cujo Guimarães Rosa recomendou (a respeito da crônica) não fazer pães e sim pirâmides – então se regozijou do salamaleque, tanto é que repetiu a história, contando-a em um ou outro prefácio de livro seu. E com razão.

O próprio Sabino, tempos depois, assumiu: escrever simples é difícil, confessou isso ao jornalista e também cronista Ruy Castro, em uma roda viva de meados da década de 1990. Sabino escreve de forma límpida e gostosa, simples, serve biscoitos de polvilho a qualquer leitor. Passeia com sua prosa pelas situações mais hilariantes possíveis, entre a mineiridade e a carioquice, ele escreve com domínio da língua portuguesa, e isso nada tem a ver com não usar palavras difíceis – ou dita difíceis. Caso fossem elas “coisa de outro mundo”, ainda sim é papel do bom escritor saltar às estrelas para dar ao texto luminosidade, brilho especial, torná-lo palatável, no mínimo.

Na arte de narrar bem, cada palavra mostra a que veio, ou seja, não basta só escarafunchar, é preciso ter gosto por escarafunchar, fazendo-o na contramão das facilidades, dos lugares comuns, da mediocridade. Subestimar o leitor empertigado pelo comedimento é um ato covarde. Para que simplificar um texto com um sinônimo comum? Quando, à medida, existe uma palavra perfeitamente cabível para expor aquele sentimento, sendo ela esculpida por esta nossa última flor do Lácio, inculta e bela. Abre-se um universo quando se aprende uma nova palavra, uns dirão “é coisa de outro mundo”. E é mesmo.

Começando bem, segue-se um roteiro, precisa-se de um rito. À meia luz, sob a anônima intimidade de um espaço exíguo, entre cadeira e escrivaninha, debaixo do abajur de luz alaranjada. Da primeira frase tirada com muito esforço, ao desconforto dos três primeiros parágrafos. Ao fundo, o som da balada que lhe toca, puxando a cadeira ao ritmo, os dedos desgozam em outras bandas. O texto toma forma, os contornos daquela face que em ziguezague vem à lembrança orquestram-se como sorriso, feito fictícia primavera que renasce no rosto de alguém, como bem disse Drummond naquela Tarde de maio. E dá-se logo um alfarrábio, até o sol nascer, caso haja inspiração.

Como diria Otto Lara Resende, é preciso “despiorar”. No truque da gaveta, depois das escuras: às claras. Lê-se alto para verificar ritmo. Caso uma boa alma esteja disposta, uma segunda leitura é sempre bem-vinda. A “coisa” começa a tomar forma. Há muita quebra de expectativa depois de uma noite em claro.

Passados os ardores e temores é chegada a hora da DR com o próprio texto. Nessa etapa, o escritor tende a regurgitar tudo que há de ruim, visivelmente exposto, terrivelmente saltando aos olhos na lauda. “Joga fora, joga fora”. Manda o próprio diabo no corpo, já puxando Raymond Radiguet. Mas Otto vem e intercede por nós. É hora de despiorar. “Não joga fora, reescreve”.

O fim está próximo. Mas antes deste, logo no começo, recomenda-se ao escritor desnudar a origem daquilo com que se trabalha: as palavras. É uma busca incessante, beirando a obsessão com cautela à demasia. Daí vem a importância de um Houaiss debaixo do braço, da leitura de Flaubert, Maupassant, Balzac, Tolstói. Os repertórios gramático-etimológicos que compõem tais obras são indelévels ao léxico de seus leitores, sobretudo dos em formação – aqui vai um dos mais graúdos e apetitosos *Os Anos de Aprendizado* de Wilhelm Meister, de Johann Wolfgang Von Goethe –, colocando-os sob a verve de histórias inspiradoras. Pois, caro leitor, terá de ter fôlego, escrever bem é transpirar bem. A ponto da língua esparramar pelo chão, como um tapete vermelho desses de hotel cinco estrelas.



O escritor Fernando Sabino batendo algumas laudas em seu escritório, no Rio de Janeiro

OS ENCONTROS MOVEM AS CIDADES

Por Nádyá Duarte

Os encontros movem as cidades. Sem eles somos solos. Sem prédios com inúmeros apartamentos, pessoas e vidas num só lugar. Sozinhos não conseguimos nos levantar, são necessários rejuntes para nos manter firmes sem desmoronar. Os encontros movem os humanos. Compartilhamentos, histórias, conhecimentos e sentimentos nos fazem perdurar e nos motivam a alcançar.

Já fui do tipo que não gosta de movimento. Trânsito e barulho atacam minha ansiedade, mas aprendi a olhar essas particularidades como parte do processo. Como a etapa de obra é para os prédios. Somente após esse período é possível o encontro de diferentes contextos num só lugar. A cidade é essa união de personalidades que se encontram ao acaso em inúmeras circunstâncias, por viver um dia a dia desregrado.

Nunca teria conhecido minha melhor amiga da faculdade se não tivesse me atrasado por um trânsito intenso na manhã de segunda-feira do primeiro dia de aula. Nunca teria escutado minha música preferida se não tivesse ido a uma festa para relaxar do estresse semanal. Nunca teria tomado meu café favorito se quando em um percurso entre faculdade e trabalho não tive tempo de almoçar. Nunca teria conhecido ele, que encontrei numa tarde de terça-feira antes da aula, para estar perto da faculdade sem pegar o trânsito da zona sul à zona oeste.

As conexões geram as cidades, as cidades levam aos encontros. Entre tantas outras possibilidades foi você que encontrei. Poderia ter sido outro em um contexto diferente, mas naquela terça-feira de março foi você que me chamou, e por incrível que pareça, fez um dia de sol no meio de uma semana chuvosa. Me fez sentir o calor no meio de uma fase fria.

Os encontros movem as cidades. Agradeço por, em meio a tantos movimentos, trânsitos, barulhos, apartamentos, pessoas e vidas, eu ter encontrado você.

QUEM TEM MEDO DE DJAMILA RIBEIRO?

Por Giovanna Colossi



© Marlos Bakker

Mulher, negra e mestre em Filosofia Política, pela Universidade Federal de São Paulo, Djamila Ribeiro coloca medo em todos aqueles que querem manter o *status quo*. Aqueles que se beneficiam do mundo desigual, no qual vivemos. Aqueles que viram as mudanças sociais dos últimos anos, colocar em risco a soberania velada e subentendida dos homens brancos.

Djamila incomoda e muito, mas também representa. Principalmente grupos sociais historicamente marginalizados. É sobre eles e por fazer parte deles, que Djamila escreveu o livro *O que é lugar de fala?*.

A escritora avisa logo nas primeiras páginas: “neste livro, a linguagem é entendida como mecanismo de manutenção de poder e, portanto, será utilizada linguagem didática, o que não significa que será uma leitura palatável, já que a produção feminista negra é uma junção da sofisticação intelectual com a prática política”.

Mas afinal, o que é manutenção de poder e como quebra-la? O feminismo negro, é uma vertente do feminismo ocidental? Quem são as vozes da produção feminista negra? O feminismo não é uma prática política? São questões como essa, que Djamila aborda e esclarece em seu livro.

É impactante e triste – digo como mulher branca – descobrir que o feminismo, em seu momento embrionário, foi tão excludente e hegemônico, quanto o sistema patriarcal.

Ao universalizar a categoria mulher, o feminismo simplesmente calou a produção contra hegemônica feita desde antes do período escravocrata por mulheres negras, que lutavam para serem sujeitos políticos, mas eram sistematicamente caladas pelas produções que possuíam privilégio social e epistêmico; no caso, as produções de pensamento branco e eurocêntrico.

Com esse pensamento colonial racista, o debate amplo sobre a sociedade se torna impossível, já que não leva em consideração a estrutura de opressão, que privilegia certos grupos em detrimentos de outros.

Como solução para esse buraco, que é o racismo institucional, Djamila demonstra através da disputa narrativa criada por autoras negras, como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Grada Kilomba, Sojourner Truth, que a posição estratégica que as mulheres negras têm, tanto no movimento negro, quanto no movimento feminista, as fazem sofrer opressões que, geralmente, não são sofridas pelos dois grupos respectivamente. Essas novas formas de oprimir, são fundamentais para que mulheres negras pensem em novas possibilidades de existência e novas maneiras de combater não só o racismo, mas também as estruturas que legitimam as opressões estruturais do mundo capitalista.

Em suma, o que Djamila e outras militantes do feminismo negro perceberam é que só se muda à narrativa hegemônica causando uma ruptura total no sistema, uma ruptura que pense em gênero, raça e locus social de forma interseccional, para que somente assim “a história seja escrita em primeira pessoa”, como diria Lélia Gonzalez.



© Reprodução

O que é lugar de fala?
Editora: Letramento 2016

Por Henrique Sales Barros

No dia 19 de dezembro de 2016, na Arena da Amazônia, a seleção brasileira feminina enfrentou a Itália na final do Torneio Internacional de Manaus. O título veio para o Brasil em um jogo movimentado: 5 a 3. Thaisa Moreno estava em campo naquele dia fazendo seu clássico papel de volante, anulando no meio de campo jogadoras como Barbara Bonansea e Ilaria Mauro – hoje craques da Juventus e da Fiorentina, respectivamente – sem saber que um ano e meio depois teria a chance de enfrentá-las novamente, dessa vez com a camisa do Milan, no campeonato italiano.

Experiente, Thaisa já vestiu a amarelinha no Mundial de 2015, nas Olimpíadas de 2016 e em dois títulos da Copa América, em 2014 e 2018. Jogando no Brasil, ela foi campeã brasileira, em 2013, vestindo a camisa do Centro Olímpico, e campeã da Copa do Brasil, em 2016, vestindo a camisa do Audax/Corinthians. No exterior, já esteve nos plantéis do Tyresö (Suécia), onde foi vice-campeã da Liga dos Campeões da UEFA em 2013/14, do Grindavík (Islândia) e do Sky Blue (EUA) antes de chegar ao Milan em setembro do ano passado.

Thaisa Moreno faz parte do primeiro time feminino da história do Milan, que só passou a existir porque o clube comprou os direitos do Brescia, que já estava na primeira divisão, e também é a primeira brasileira a vestir as cores do time da Lombardia. Ela busca repetir no futebol feminino a história que compatriotas como Kaká, Cafu e Dida fizeram na equipe masculina milanesa.

A jogadora falou com exclusividade para **O Contra-Ataque** sobre a sua experiência na Itália, contando tudo que tem visto na cena do futebol feminino local.

Contraponto – Como foi sua ida para a Itália?

Thaisa Moreno – Um dia meu agente entrou em contato comigo falando sobre o interesse da equipe, que eles gostariam de ter uma brasileira no elenco do Milan feminino. Eles me levaram para fazer uma visita e eu gostei do projeto e de todas as instalações e acabou se concretizando a minha ida para a Itália.

CP – O que você notou de diferente em relação à estrutura de trabalho nos países que você já jogou e na Itália?

TM – A tática na Itália é diferente das de outros países em que já joguei. Lógico que em cada país eu aprendi um pouquinho, mas na Itália eu tenho aprendido muito, muito mesmo, tanto ofensivamente quanto defensivamente. A estrutura é boa também. Eu sempre peguei boas estruturas fora do Brasil, principalmente na Islândia, mas acredito que aqui no Milan, na Itália, é a melhor estrutura que eu já passei. A gente usa muita coisa do masculino e isso ajuda muito na evolução do futebol feminino italiano.

THAISA MORENO: “A ITÁLIA REALMENTE TEM ABRAÇADO O FUTEBOL FEMININO”

Vestindo a camisa do Milan e do Brasil, a volante contou para O Contra-Ataque sobre sua experiência no futebol italiano



© Brad Smith

CP – E a diferença entre o futebol feminino na Itália e no Brasil?

TM – A maior diferença é que a Itália realmente tem abraçado o futebol feminino. Os grandes clubes têm abraçado o futebol feminino e têm dado uma estrutura de profissionais ótima que vem desde o masculino. Das instalações aqui, eu não tenho nem o que reclamar. No Brasil alguns clubes têm feito isso também, de abraçar o futebol feminino, mas são poucos. Alguns “clubes de camisa” no Brasil só dão a camisa mesmo e o nome da instituição, mas não dão estrutura com profissionais e muito menos instalações.

CP – O que você já notou de negativo no futebol feminino na Itália?

TM – Um aspecto negativo que eu descobri, e os clubes grandes [da Itália] estão brigando muito contra isso, é a respeito de uma lei que diz que nenhum esporte feminino pode ser profissional. Felizmente, como eu disse, todas as equipes têm brigado para que não exista mais essa lei.

CP – Recentemente repercutiu no mundo todo, as 39 mil pessoas que foram ver Juventus e Fiorentina no Allianz Stadium, batendo recorde de público no campeonato italiano. Você se imagina um dia jogando com a camisa do Milan no San Siro também?

TM – Nossa, com certeza eu imagino! Seria

uma alegria vestir a camisa do Milan com 60 mil torcedores no San Siro. Isso hoje é muito cotado, ainda mais agora que a Internazionale subiu de divisão. Nessa próxima temporada vai ter o primeiro Derby [de Milão] entre as equipes femininas na Série A, então é muito cotado que joguemos esse jogo no San Siro.

CP – Você crê que um dia será possível os “estádios principais” serem a casa das equipes femininas italianas, e não mais os pequenos estádios nos centros esportivos?

TM – Olha, eu não tenho muito que reclamar do centro de treinamento [Centro Sportivo Peppino Vismara] que mandam a gente jogar os nossos jogos. Eu adoro jogar lá porque a grama é a mesma do San Siro. Mas assim, seria muito interessante se pudéssemos jogar lá [no San Siro] e eu ficaria muito feliz. Espero que para as próximas gerações isso possa acontecer.

CP – Entre Brasil e Itália, qual é o favorito?

TM – Quem aponta favoritismo é imprensa e torcedor, né? Quando o atleta entra em um confronto do tipo, ainda mais em uma Copa do Mundo, não vê o adversário dessa forma. Olha aí o que aconteceu na Champions League masculina: o futebol é uma caixinha de surpresas, e é bonito por causa disso. Qualquer um pode vencer a qualquer momento.